

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GESTÃO
INTEGRADA DO TERRITÓRIO – PPG GIT**

Michele Silva Maurer

Coletivos Juvenis:
Territorialidades e redes de ação em Governador Valadares

Governador Valadares
2020

Michele Silva Maurer

Coletivos Juvenis:
Territorialidades e redes de ação em Governador Valadares

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito para obtenção do título de mestre em Gestão Integrada do Território.
Orientadora: Prof^aDr^a Maria Terezinha Bretas Vilarino

Governador Valadares
2020

Agradecimentos

A produção de uma dissertação pode ser solitária em certas etapas, mas eu tive a sorte de receber apoio de uma rede extensa, no tempo e no espaço. Difícil seria expressar os números dessa rede, por isso considero melhor apontar a qualidade de todas as contribuições, que se materializaram na escrita deste texto.

Começo agradecendo aos sujeitos da pesquisa, pessoas que dedicaram seu tempo e abriram espaço para que eu entrasse nos grupos, nas reuniões e em suas casas. A contribuição de vocês vai muito além do que possa ser registrado na forma de um relatório, afinal vocês me ensinaram muito sobre a nossa cidade, sobre solidariedade e sobre respeito.

Agradeço à Terezinha, professora e orientadora essencialmente humana, por compreender quando eu precisava de estímulo, de direcionamento ou de espaço... até mais do que eu mesma compreendia. Também pelo voto de confiança ao me dar autonomia e muitas vezes embarcar nas minhas ideias, tendo paciência para espera-las amadurecer (ou não).

Às professoras do presente, Maria Celeste e Patrícia Genovez, que tanto me ajudaram na construção deste trabalho.

Aos meus professores do passado, mas que se fizeram presentes, Augusto César, Lana, Sildo, Francilene e Vilma. Em tudo que está nestas páginas, vejo um pouco de vocês.

Agradeço à comunidade do Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará, especialmente aos colegas da Faculdade de Engenharia Florestal, pelo apoio para a realização do curso.

Ao meu pai, Osvaldo, meus irmãos Jô e Gleidson, agradeço por me acolherem nesse período e pelo cuidado, suporte e carinho.

Agradeço ao Marcelo, meu esposo, com quem aprendi a relativizar noções como perto e longe durante esse tempo.

E agradeço a Deus, que ao longo do tempo me guiou até todas essas pessoas.

“Abram os corações além dos ouvidos para perceber
O que dizem os Umbigos
Os Muros daqui Gritam e se articulam em coletivos
Independente de partidos e instituições religiosas
Panfletos Informativos
E que suas Redes sejam Livres e mais conectadas que WIFI
Que transite por diferentes sentidos muito além do VAI”

Emerson Alcade

Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão sobre juventude e territorialidades juvenis, com foco nas redes de sociabilidade e nas relações que os jovens estabelecem com a cidade, utilizando as expressões, os grupos constituídos e os espaços ocupados como elementos para compreender algumas das diversas maneiras de ser jovem. A fundamentação teórica deste trabalho articula a Sociologia e os Estudos Territoriais. Juarez Dayrell contribui com sua discussão sobre a pluralidade da juventude, suas formas de expressão e sobre os projetos de vida, desenvolvida de forma articulada com o conceito de espaço. Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza subsidiam as discussões sobre territorialidades e a formação de redes territoriais. Ainda, compreendendo que as relações aqui abordadas são processuais, foi utilizado o conceito de configuração, de Norbet Elias, para construção do objetivo que é compreender a interdependência entre as relações juvenis e as múltiplas territorialidades presentes no contexto dos coletivos juvenis. Os dados foram obtidos através da entrevista não estruturada e da observação participante em reuniões e eventos, e utilizada a análise por categorias. Ao longo do processo de produção do trabalho, foi possível compreender alguns papéis que os coletivos ocupam na constituição das territorialidades juvenis. Os coletivos, como outros grupos, conectam esses jovens por meio da sociabilidade, possibilitam uma mediação com a realidade vivida, criam e modificam as formas de relação dos jovens com o espaço e com a cidade. Apresentamos uma breve descrição de cada coletivo localizado durante o trabalho de campo, tendo como base aqueles indicados como grupos mobilizados atualmente, assim como foi estabelecida uma tipologia dos coletivos a partir dos objetivos apontados e dos modelos de ação. Ao remeter à noção de coletivos juvenis, entende-se que são espaços próprios da juventude, organizados por jovens e que emergem de situações presentes. Entretanto, o modelo de organização dos coletivos não é exclusivo de jovens, mas uma tendência do associativismo na atualidade. Buscamos construir uma compreensão acerca da complexa rede de relações que os jovens estabelecem entre si, com outras gerações e com o espaço.

Palavras-chave: Juventudes. Coletivos juvenis. Territorialidades. Redes.

Abstract

This paper presents a discussion on youth and youth territorialities, focusing on sociability networks and the relationships that young people establish with the city, using expressions, constituted groups and occupied spaces as elements to understand some of the different ways of being young. The theoretical foundation of this paper articulates Sociology and Territorial Studies. Juarez Dayrell contributes to his discussion on the plurality of youth, their forms of expression and on life projects, developed in conjunction with the concept of space. Rogério Haesbaert and Marcelo Lopes de Souza support the discussions on territoriality and the formation of territorial networks. Still, understanding that the relationships addressed here derives from a process, the concept of Elias figuration was used to build the objective, which is to understand the interdependence between youth relationships and the multiple territorialities present in the context of youth groups. Data were obtained through unstructured interviews and participant observation at meetings and events, and analysis by categories was used. Throughout the work production process, it was possible to understand some roles that collectives occupy in the constitution of youth territorialities. Collectives, like other groups, connect these young people through sociability, make it possible to mediate with the reality they live in, create and modify the forms of young people's relationship with space and the city. As a result, a brief description of each collective located during the fieldwork is presented, as well as a typology of the collectives based on their objectives and action models. When referring to the notion of youth collectives, it is understood that they are spaces that belong to youth, organized by young people and that emerge from present situations. However, the model of organization of collectives is not exclusive to young people, but a tendency of associations today. We hope to contribute to an understanding of the complex network of relationships that young people establish with each other, with other generations and with space.

Keywords: Youth. Youth collectives. Territorialities. Networks.

Sumário

1 Introdução	07
2 SOBRE TERRITORIALIDADES E JUVENTUDE: UMA REFLEXÃO PARA A CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	13
2.1 Um percurso pela Abordagem Territorial	14
2.2 Aspectos conceituais de territorialidade	20
2.3 A abordagem territorial e os estudos sobre juventude	22
2.4 A sociabilidade juvenil e a participação política	26
3 Culturas e territorialidades juvenis	32
3.1 Outros olhares	33
3.2 Projetos de vida e projetos culturais	35
3.3 Configurações de culturas e contexto juvenis em Governador Valadares	39
3.4 Coletivos em Governador Valadares	45
3.5 Múltiplas territorialidades e multiterritorialidade	53
4 ASSOCIATIVISMO JUVENIL, SOCIABILIDADE E REDES	58
4.1 Redes de ação coletiva e redes territoriais	71
4.2 Redes submersas	75
4.3 Convergências	79
5 Considerações Finais	81
Referências	85
Anexo	94

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta nossa discussão sobre a juventude e as territorialidades juvenis, com foco nas redes de sociabilidade e nas relações que os jovens estabelecem com a cidade, utilizando as expressões, os grupos constituídos e os espaços ocupados como elementos para compreender algumas das diversas maneiras de ser jovem. Para nos aproximarmos de uma compreensão da condição juvenil em Governador Valadares, delimitamos os jovens integrantes de coletivos como público da pesquisa e, tendo como base a Sociologia e os Estudos Territoriais, esperamos compreender a configuração das relações juvenis e as múltiplas territorialidades presentes neste contexto.

A proposta de pesquisa surgiu do desejo de compreender algumas contradições observadas no cotidiano de trabalho com jovens estudantes de Ensino Médio e superior, como as formas de integração e desintegração da educação com os projetos de vida estabelecidos por esses sujeitos, e compreender também as relações que os estudantes estabeleciam com as instituições de ensino, profissionais da educação e entre eles mesmos. No amadurecimento do projeto, foi possível perceber que era necessário compreender o jovem de forma mais ampla, não somente em seu papel como estudante, mas de forma integrada como as demais dimensões da vida. Assim, as questões levantadas, a gama conceitual e a reflexividade de pesquisadora desenvolvidas e adquiridas durante o curso de mestrado foram se deslocando da educação e encontraram nos coletivos juvenis um lugar privilegiado para desenvolvimento deste trabalho.

A juventude é um fenômeno complexo que nos leva a falar em juventudes, pela diversidade de maneiras de ser jovem e de ocupar os espaços sociais em diferentes contextos (DAYRELL, 2003). Falamos também em condição juvenil, para pensarmos nas relações estabelecidas entre os jovens e a variedade de mundos que constitui a realidade vivida, envolvendo seus modos de vida e de socialização. Nesse contexto os coletivos juvenis se configuram como espaços de sociabilidade, pois possibilitam aos jovens o estabelecimento de relações com a cidade, que, além de afetivas, são

também políticas. Essa experiência contribui para a compreensão da realidade, envolve elementos materiais e imateriais, compõe territorialidades e o fazer social desses sujeitos.

De acordo com Ángela Montoya (2010), os coletivos juvenis são movimentos sociais que se distinguem de outras organizações primeiramente por se originarem dos grupamentos de jovens que compartilham uma cultura e propósitos, também pela resistência à organização hierárquica, favorecendo o autogoverno e a gestão horizontal. Ainda podemos identificar como características dos coletivos, a construção de interesses sociopolíticos alternativos e que buscam respostas às necessidades ou desafios vividos, desenvolvendo ações de enfrentamento das contradições sociais cotidianas que tendem a se basear na cultura e na estética.

A aproximação com os coletivos e a compreensão de suas práticas envolve ainda refletir sobre a vida cotidiana destes jovens e suas linguagens, que afirmam uma juventude ativa politicamente e que reinventa sua ação a partir da cultura. Existe uma imbricação entre os sentidos político e estético presentes nas culturas juvenis, uma vez que as ações de sociabilidade e de promoção cultural transitam entre modelos de caráter mais político e outros voltados para a produção e divulgação da arte local, sem com isso se definirem em apenas um desses campos. Os coletivos circulam pelos espaços da cidade e estabelecem redes que os integram.

Assim como os coletivos, o bairro, a família, a turma (ou as turmas) permitem que os jovens experimentem o mundo, sobre ele aprendam e dele se apropriem, participando da construção de perspectivas e expectativas. Nossa discussão buscou problematizar a experiência e o cotidiano, a partir do que podemos ver as redes de sociabilidade e de ação coletiva como elemento de mediação entre os jovens e o mundo, pois são espaços de experimentação e identidade, que ajudam os sujeitos a compreenderem as contradições vividas e compartilharem os sentidos de sua realidade.

Para além da compreensão do mundo vivido, os jovens se modificam através das relações que estabelecem, tanto no contato com outros jovens como em suas relações com outros grupos e organizações. Também suas relações com os

espaços e com a cidade se modificam a partir das vivências em grupo, possibilitando a configuração de novas territorialidades. Essas e outras reflexões nos levaram à pergunta condutora desta pesquisa, que se desdobra em outra, imbricadas: em que medida as experiências vividas nos coletivos contribui na constituição de territorialidades juvenis e em que medida as territorialidades interferem na ação coletiva?

Com estas questões em mente, muitas outras surgiram, assim como algumas hipóteses que nortearam o trabalho em campo estreitando o foco da pesquisa. Esse conjunto de hipóteses a seguir, além de representar perspectivas possíveis, alicerçou a expectativa gerada para esse trabalho.

Assim, compreendendo a juventude como fenômeno complexo, permanentemente em reconstrução de acordo com o contexto histórico; e também que as expressões culturais são maneiras que os jovens desenvolvem para se apropriarem dos espaços, refletindo suas identidades; buscamos quais as intervenções realizadas e os espaços apropriados nas ações dos coletivos. (ABRAMO, 1997; DAYRELL, 2007b)

As formas de sociabilidade previstas e normadas para determinados espaços são transformadas através de estratégias próprias, que geram novas possibilidades e relações. De acordo com Turra Neto (2011), existe nisto tentativas de controle e, por conseguinte, uma intencionalidade de criação desses espaços, seja ela percebida pelos jovens ou não. Reconhecemos a relevância da análise deste contexto, que possibilita a visão de processos, identidades e relações que se sobrepõem, colocando a dinâmica de continuidade e descontinuidade dos processos sociais em perspectiva.

As redes se mostram como forte elemento de inclusão, uma vez que são espaços de afirmação e autodefinição de identidades, constituindo uma instância socializadora. Os coletivos ainda apresentam uma característica distinta, a de se formarem em torno de demandas vinculadas à experiência cotidiana buscando a integração do jovem à rede urbana, de acordo com Angelina Peralva *et al* (2017), o que leva a buscarmos também identificar as pautas representadas nas ações destes grupos.

Em suas relações cotidianas, os jovens atribuem sentidos aos espaços, tendo como referência a multiplicidade de experiências que carregam consigo. Aos territórios são atribuídos diversos sentidos e as identidades resguardam a multiplicidade de experiências. Entendemos como territorialidade, as relações estabelecidas que possuem caráter fortalecedor de um território, sejam elas de apropriação ou de diferenciação, materiais ou simbólicas. A produção destas territorialidades e a apropriação dos espaços não ocorrem sem tensões, tornando necessário pensar nas disputas e negociações que ocorrem entre os grupos geracionais e entre as diferentes culturas juvenis.

Partindo destas possibilidades de estudo, é que estabelecemos como objetivo compreender a interdependência entre as relações juvenis e as múltiplas territorialidades presentes no contexto dos coletivos juvenis. Para isto, entendemos como necessário conhecer os coletivos ativos em Governador Valadares, os espaços ocupados e as formas de intervenção utilizadas por eles, para enfim conhecer os jovens integrantes dos movimentos.

Para reunir os dados necessários utilizamos a entrevista não estruturada e as observações participantes em reuniões e eventos abertos, promovidos pelos grupos. Esta escolha teve como influência os estudos de Tereza Haguete (2007), para quem a combinação de tais métodos possibilita maior interação entre pesquisador, teorias e objeto, favorecendo a análise qualitativa dos dados obtidos. Ainda, Turra Neto (2011 e 2012) apresenta a observação participante como ferramenta apropriada para os estudos geográficos de grupos juvenis que levam em consideração as vivências cotidianas. Em seus trabalhos com grupos em torno dos estilos culturais *punk* e *hip hop*, nas cidades de Guarapuava e Londrina, utiliza o método que define como “uma interação face a face, com o grupo estudado, com objetivo de produzir informações” (TURRA NETO, 2012, p. 243).

Os caminhos percorridos para a pesquisa de campo se iniciaram com a colaboração de um primeiro informante, reconhecido por atuar junto a vários coletivos e outros movimentos sociais vinculados à juventude. A partir de então, seguimos com a seleção de amostra por conveniência (PRODANOV e FREITAS, 2013), em que a cada contato, entrevista ou observação, é solicitado ao informante a indicação de

novos colaboradores, até que ocorra a saturação dos dados, ou de informantes. Esta escolha permitiu ter contato com diferentes grupos e eventos e permitiu encontrar compreensões distintas sobre o que é um coletivo. As entrevistas e observações foram realizadas no período entre o mês de outubro de 2019 e janeiro de 2020.

Os dados foram analisados a partir das categorias apontadas pelo referencial teórico, em forma de “conceitos mais gerais e abstratos” (GOMES, 2001, p. 70) e também de categorias mais concretas que emergiram das falas nos entrevistados. Como categorias gerais, pré-existentes ao trabalho de campo temos as territorialidades, lugares, grupos de sociabilidade, redes, as formas de expressão juvenil, engajamento e projetos de vida. A partir da análise inicial das entrevistas, identificamos como recorrentes as discussões sobre cultura, lazer e trabalho, assim como a relação com instituições e poder público.

A fundamentação teórica deste trabalho, registrada no primeiro capítulo, reúne conceitos de Juarez Dayrell, de Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza e Norbert Elias, articulando a Sociologia e os Estudos Territoriais. Dayrell (2007) contribui com sua discussão sobre a pluralidade da juventude, suas formas de expressão e sobre os projetos de vida, desenvolvida de forma articulada com o conceito de espaço. Haesbaert (2004 e 2007) e Marcelo Lopes de Souza (1996 e 2018) subsidiam as discussões sobre territorialidades e a formação de redes territoriais. Ainda, compreendendo que as relações aqui abordadas são processuais, utilizamos o conceito de configuração de Elias (2014) para construirmos o nosso objetivo que, como já exposto, é compreender a configuração das relações juvenis e das múltiplas territorialidades existentes.

Aprofundando as discussões sobre culturas juvenis, ação coletiva e territorialidades, no segundo capítulo traçamos um breve histórico sobre a formação dos coletivos em Governador Valadares. As informações sobre os acontecimentos locais têm como fonte os relatos obtidos nas entrevistas realizadas com integrantes de coletivos e são apoiadas por informações sobre eventos relacionados no contexto nacional. Ainda, apresentamos os coletivos localizados no trabalho de campo e apontados como grupos mobilizados durante o período da pesquisa. Tais informações

fundamentam nossa compreensão sobre múltiplas territorialidades e multiterritorialidades ao fim deste capítulo.

No terceiro capítulo apontamos definições sobre as redes de sociabilidade e redes de ação coletiva, buscando estabelecer uma tipologia dos grupos encontrados. A classificação proposta se baseia nas formas de atuação e nas funcionalidades das relações estabelecidas entre os grupos. A rede estabelecida interliga os coletivos através de diferentes estratégias, espaços e escalas, por isso buscamos identificar os fluxos mais intensos, os pontos de tensão, assim como as conexões menos visíveis da trama.

Ao longo do processo de produção do trabalho, foi possível compreender alguns papéis que os coletivos ocupam na constituição das territorialidades juvenis. As considerações finais remetem a uma reflexão crítica sobre este processo de pesquisa em torno da condição juvenil em Governador Valadares, assim como uma autocrítica sobre o potencial e as limitações do trabalho realizado.

2 SOBRE TERRITORIALIDADES E JUVENTUDES: UMA REFLEXÃO PARA A CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

As pessoas buscam compreender a realidade em que vivem, desenvolvendo significados subjetivos para suas experiências, a partir de observações e interações umas com as outras. No campo da produção do conhecimento a distinção entre o verdadeiro e falso perpassa por uma série de validações que são alvo de disputas epistemológicas e produzem parâmetros, mais ou menos estáveis, para a definirmos o que é científico ou real. Assim, as ciências são construídas socialmente e de modo autorreferenciado e Santos (1988) aponta que o pensamento moderno se caracteriza também pela especialização e pela separação do senso comum e ainda, que tais distinções revelam pouco sobre a “nossa maneira de estar no mundo”.

O autor ainda aponta uma outra maneira de pensar, em que a interpenetração de formas de ciência e de senso comum, caminha para uma nova relação entre eles, “uma relação em que qualquer deles é *feito* do outro e ambos *fazem* algo novo, presente no conhecimento pós-moderno”. (SANTOS, 1989, p. 43 grifo do autor). Diante da complexidade do real, Santos nos ajuda a expressar nosso desejo de produzir um conhecimento que, para além da interdisciplinaridade, busca a aproximação com a realidade vivida e pensada pelos sujeitos da pesquisa. A escolha das disciplinas e dos autores que dialogam conosco neste trabalho representa esse esforço para compreender as relações que os sujeitos estabelecem entre si, assim como a relação que estabelecem com o espaço, de forma dinâmica e entrelaçada.

Para o presente capítulo, iniciamos com uma discussão conceitual sobre território, buscando apresentar as possibilidades que esta abordagem oferece para o estudo dos fenômenos sociais e evidenciamos o conceito de territorialidade que emergiu nesta discussão para subsidiar a temática proposta. As obras de autores reconhecidos da área fundamentaram nossa compreensão e escolhas acerca da abordagem territorial. Ainda, situamos as discussões sobre território e juventude que contribuíram para a construção de nosso objeto de pesquisa, assim como o debate

sobre juventude. As definições acerca da categoria juventude incluem o papel dos grupos de sociabilidade e a elaboração dos projetos de vida, e a partir delas apresentamos os coletivos como oportunidade para o estudo sobre juventude e o processo de desenvolvimento desta categoria de análise.

2.1 Um percurso pela Abordagem Territorial

Olhar o mundo e nele se posicionar. A experiência geográfica vai além do real, de acordo com Claval (2014), uma vez que as pessoas são capazes de falar sobre lugares e paisagens que nunca viram, que são capazes de imaginá-los. Para o autor, a imaginação permite o confronto entre a “realidade contingente” e o olhar além do horizonte. Como experiência geográfica, a imaginação constrói mundos que indicam tendências da ação humana e também conferem sentido à sua existência.

A geografia não é um acessório na vida dos homens: ela lhes permite ao mesmo tempo se orientar no labirinto dos meios onde eles estão imersos, viver aí, e escolher o caminho correto a cada vez que estes são confrontados a um dilema, a uma situação inédita e onde o melhor partido não se põe como óbvio. (CLAVAL, 2014, p. 61)

Para Saquet (2013a), a distinção entre o pensamento e o real, ou até mesmo entre as dimensões da economia, da política, da cultura e o espaço, é um recurso didático, e como tal, demonstra as etapas da elaboração de um pensamento. A proposta dos estudos territoriais para o autor, devem considerar a concomitância e a interação das “dimensões sociais do território, em unidade entre si e com a natureza exterior ao homem, o processo histórico e a multiescalaridade de dinâmicas territoriais”. Os estudos socioespaciais compreendem, portanto, determinações materiais e imateriais, forças políticas, econômicas e culturais, que devem ser observadas em seu movimento, como processualidade histórica, e como articulações internas e externas ao território.

A partir destas considerações, e compreendendo a realidade como multifacetada, outros conceitos depreendem-se, possibilitando diferentes formas de abordar o

espaço. Nesse trânsito entre material e imaterial, metafórico e concreto, tais conceitos não são excludentes, mas se interpenetram para produzir um conjunto de ferramentas de estudo, do qual privilegiamos algumas delas em busca de nosso objetivo.

Iniciamos com o conceito de *espaço*, entendendo-o como um conjunto indissociável de objetos e de ações, dotado de intencionalidade e temporalidade, como nos ensina Milton Santos (2002). Essa concepção é de um espaço produzido e resultante das relações estabelecidas, distanciando-se de uma noção do espaço apenas como suporte para tais relações. “Os objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados” (SANTOS, 2002, p. 332), produzindo porções desiguais. Por se desenvolver através de processos desiguais, o espaço não é homogêneo. Como condição, “ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam” (SANTOS, 1994, p. 122) e a depender dos recursos nele presentes, ou da modernização dos objetos nele presentes, pode atrair interesses divergentes.

O *espaço social* é uma ferramenta, ou conceito com o qual operamos aqui; não deixando de ser um desafio para alguém que parte de uma formação sociológica e tenta transitar pelo caminho da Geografia. A tendência da sociologia é conceber o espaço como abstrato e metafórico, diferentemente do espaço concreto da superfície terrestre. Aqui trataremos do espaço concreto em seu aspecto social, como algo apropriado – ou ocupado, como muitas vezes diremos – transformado e produzido pelas sociedades (SOUZA, 2018). Compreender o *espaço social* é compreender as relações sociais que são estabelecidas no espaço e com o espaço.

Uma questão presente nos estudos socioespaciais que se coloca diante de nós é a escala. Uma diferenciação é necessária, entre *escala cartográfica* e *escala geográfica*, sendo a primeira, uma razão numérica entre as dimensões de um objeto real, uma área delimitada, e sua representação num mapa, como exemplo. Já a escala geográfica, de acordo com Souza (2018), implica em mais definições, sendo dividida em escala do fenômeno, escala de análise e escala de ação.

A *escala do fenômeno* refere-se à abrangência do objeto proposto. Pode se referir a uma extensão de terra, a um país, uma cidade, ou ainda “à abrangência de dinâmicas de ação coletiva programática ou consistente, como resistências, lutas e movimentos sociais” (SOUZA, 2018, p. 181). A *escala de análise* é construída com base na primeira, como um nível de análise que possibilite a apreensão de características relevantes de objeto, a partir de um problema proposto. A *escala de ação*, por sua vez, refere-se a aspectos especificamente políticos e reflete o alcance espacial das ações e práticas dos agentes.

Entre as formas de pensar o espaço e as diferentes escalas possíveis, partimos do conceito de território, que entendemos como uma forma que privilegia perceber as relações de poder, mas que pode abarcar concepções e aplicações diferentes. Para expor a construção do conceito e as possibilidades que ele traz para este estudo, iniciamos com Raffestin, para quem o território é posterior ao espaço. O *território* é o espaço onde se projeta um trabalho, é o resultado de uma ação programática e revela as relações marcadas pelo poder. O espaço é territorializado a partir da apropriação material ou imaterial. Para o autor, “produzir uma representação do espaço já é uma apropriação”, mas a representação não é um território, é a revelação de uma “imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Ainda, o território é constituído por sistemas de malhas, nós e redes, que estão impressos no espaço e permitem realizar o controle, a integração e a coesão dos territórios, e sustentam a prática socioespacial.

Para Iná Castro (2016), a obra de Raffestin (1993) faz parte de um conjunto de produções que tornou a geografia política numa geografia do poder, na medida em que foca no exercício do poder, nos processos de controle e de territorialização. A autora propõe que é necessário analisar como o espaço organizado por indivíduos favorece, ou não, “relações de adesão coletiva ao poder inerente ao *espaço político*” (CASTRO, 2016, p. 61. Grifo nosso). A política está nas relações estabelecidas e

[...] não há poder absoluto, ele não está em toda parte e não pode ser compreendido fora das relações sociais atravessadas por agentes que têm interesses e capacidades de escolha, mesmo que sejam trágicas. Os limites e escolhas do poder se encontram, pois, no campo da política. (CASTRO, 2016, p. 57)

Chamamos a atenção para Saquet (2013b), que nos apresentou um conceito aberto de território, um acontecer no espaço-tempo, destacando assim seu caráter de processualidade. Na definição que segue abaixo podemos identificar as dimensões e aspectos que se entrelaçam, e permitem uma noção da complexidade do conceito.

O *território* acontece como criação histórica de campos de poder nos processos econômicos, políticos e culturais, a partir da transformação do espaço pelo trabalho (agrícola, artesanal e industrial; familiar e assalariado), das malhas, dos nós e das redes. (SAQUET, 2013b, p. 39, grifo nosso)

Reconhecendo a complexidade do conceito, e ainda a apropriação feita por diversos campos do conhecimento, Haesbaert (2014) apresenta uma síntese acerca das noções de território. Buscando fornecer uma visão ampla dessas noções, as agrupa em quatro vertentes: política, cultural, econômica e da relação com a natureza. Assim, esse autor propõe pensar território para além de um conceito, de uma definição fechada de uma categoria de análise, mas como um conjunto de perspectivas teóricas e pragmáticas para se compreender as relações socioespaciais.

Acrescenta Haesbaert (2014), que além de tais dimensões, os estudos territoriais podem transitar entre perspectivas teóricas que dependem de escolhas filosóficas de cada pesquisador. Desse modo o autor justifica sua proposta de tipologia que representa modelos totalizantes, não encontrados em sua forma pura na realidade. Ou seja, a dicotomia materialismo-idealismo ocorre tanto em função de abordagens parciais, que enfatizam alguma das dimensões; como em abordagens mais integradoras, que buscam responder a questões mais totalizadoras acerca do território. Nesse sentido, conforme o autor, território pode ser entendido como relações de apropriação e dominação entre sociedade e espaço, se desdobrando num *continuum* entre a dominância funcional, de caráter mais concreto e relacionado ao político-econômico, ou “à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica”. (HAESBAERT, 2014, p. 95-96)

Sintetizando as proposições do autor, se pudermos falar num conceito de território, ele será relacional e processual, porque o território “define-se antes de tudo com referências às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto

histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2014, p. 78). A amplitude das abordagens incorre no risco das noções extremas: de um lado a visão mais restritiva em que o território se confunde com o Estado, abordando apenas as questões políticas em torno do Estado Nação. E no outro extremo, as noções em que a inerência da territorialidade à condição humana, se amplia de tal forma que o território se confunde como o espaço. Para uma abordagem sobre território a partir da complexidade proposta por Haesbaert, faz-se necessário perceber de que forma tais perspectivas se integram.

Outra forma de pensarmos o espaço é a partir do conceito de *paisagem*, que entendemos como aparência, como aquilo que se revela no espaço sobre a produção social (Souza, 2018). Tal forma de pensar o conceito não pretende tomar a paisagem como um real completo, mas justamente demonstrar o aspecto de construção e de aparência, pois ao mesmo tempo em que revela, também pode ocultar relações e historicidade. De igual forma, as representações da paisagem também exigem reflexão acerca das posições tomadas em sua produção. Neste jogo de revelar e ocultar, Duncan (apud SOUZA, 2018), aponta duas formas de invisibilização dos processos sociais, de agentes e práticas no espaço, que nos interessam especialmente. A primeira seria por meio da representação seletiva, como os retoques nas pinturas e as seleções de cena em fotografias e filmes, que produzem intencionalmente concepções imagéticas. Outra forma seria a própria alteração dos elementos no substrato material, reformatando a paisagem na realidade.

Isto nos chama a atenção para o que Tuan (1980) fala sobre a relação entre os termos natureza, cenário e paisagem. Para o autor, natureza é uma palavra que perde significado com o tempo, passando a designar a ideia de campo, ou de selvagem. Já cenário, como termo que originalmente se refere ao palco, pode revelar a ideia da imagem construída intencionalmente, ou ainda de ilusão, abarcando toda a materialidade construída. Para além de compor o espaço de atuação – e aqui incluímos a sociedade – o cenário se tornou sinônimo de simulação, a imagem que não transmite muita emoção, ou emoções simuladas. Por se referir originalmente ao mundo real, o termo paisagem permanece mais entrelaçado ao de natureza no uso popular, como algo distante da ação humana,

“apesar de que um jardim paisagístico pode ser tão planejado quanto um cenário de teatro”. As ideias apresentadas por Tuan e por Duncan nos indicam que a invisibilização não ocorre apenas na materialidade, mas também através da própria noção de realidade.

Assim também ocorre com os mapas que, para Seemann (2014), são produções a partir de uma cultura e não um espelho, um reflexo cristalino da realidade. O autor explica que os mapas são fabricados por pessoas e nos seus pontos, linhas e códigos “escondem-se homes (e mulheres) e suas razões, ações e contradições cartográficas, que influenciam ou até determinam como devem ser a aparência e os conteúdos de um mapa” (SEEMANN, 2014, p.69). Ainda, afirma que os mapas são ferramentas de comunicação, e a cartografia pode tornar o espaço em lugar ao posicionar e orientar, ao apresentar sentido para espaços anônimos e distantes.

As linhas que conectam cada ponto num mapa representam “um conjunto estruturado de ligações ou de fluxos” (SOUZA, 2018, p. 167), uma trama de integração com seus arcos e nós, uma *rede*. Correa (2012) apresenta-nos uma diferenciação entre redes sociais e redes geográficas. Para o autor, as redes sociais são historicamente construídas e mutáveis, portanto, são conexões contextualizadas, podendo englobar as redes de parentesco ou comunitárias, grupos de interesse ou empresas. Uma *rede* geográfica é uma rede social espacializada. As relações sociais são temporal e espacialmente localizadas, mas nem sempre o espaço está integrado nas discussões sobre as redes. Correa ainda acrescenta que outras redes são espacializadas, como redes fluviais, e podem ser compreendidas como redes geográficas se levados em consideração os aspectos sociais a ela atrelados; entretanto, “redes de parentesco, organizacional e fluvial, vistas, as duas primeiras sem o espaço e a terceira sem a sociedade, não configuram redes geográficas.” (CORREA. 2012, p. 202)

Cabe ainda lembrar que pensar em relações espaciais não se limita ao substrato do espaço material, em que se identifica uma delimitação clara num recorte contínuo. Quando inserida no estudo das redes, a questão da multiescalaridade dos fenômenos revela integrações horizontais, aquelas estabelecidas numa mesma escala, assim como integrações verticais, que ocorrem entre diferentes escalas,

conectando territórios descontínuos. Nisto reside a noção de territórios-rede, “definidos pela área de influência que exerce pela articulação de vários pontos (‘nós’ da rede), sem eliminar outras configurações, identidades e lealdades intersticiais.” SOUZA, 2002, p. 428).

2.2 Aspectos conceituais de territorialidade

Muitos outros conceitos, e definições distintas acerca deles, caberiam numa explanação sobre a Abordagem Territorial, mas escolhemos estes acima para apresentar as escolhas que firmamos e as posições teóricas que tomamos no decorrer do processo de pesquisa. Ainda, se relacionam com as escolhas que também fizemos em torno do conceito de territorialidade, que compõe a problemática central deste trabalho.

Ainda no escopo do que Iná Castro identifica como uma geografia do poder, Sack produz uma reflexão sobre território e territorialidade, em que “recorre ao poder como estratégia central para estabelecer o limite da territorialidade e, conseqüentemente, o território” (CASTRO, 2016, p. 57). Em sua obra, Sack estrutura um conceito de *territorialidade* humana definida como “a tentativa de um indivíduo ou grupo (x) de influenciar, afetar ou controlar objetos, pessoas e relacionamentos (y), por meio da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1983, p. 56). Ainda acrescenta que a territorialidade ocorre de maneira hierárquica e pode ser observada em diferentes escalas.

Soares Júnior e Santos, ao apresentarem uma síntese da teoria proposta por Sack, definem territorialidade como uma “estratégia espacial de controle e influência, marcada por intencionalidade por parte dos atores que a acionam” (SOARES JÚNIOR e SANTOS, 2018, p. 24), destacando os aspectos relacionais do conceito em sua análise. Em tal perspectiva territorialidade envolve intencionalidade e

comunicação, pode ser uma ação individual ou de um grupo e ainda, pode ser observada na escala da sala de uma casa até a de relações internacionais.

Assumindo a problemática relacional do território, Raffestin (1993) entende a territorialidade como um conjunto de relações num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo que são suscetíveis de variação no tempo, assim como sociedade e espaço também são variáveis. Raffestin entende que tais relações são processos de “comunicação e/ou troca”, demandam recursos para satisfação de necessidades e se recursos e demandas se equilibram, elas serão simétricas, mas caso contrário, serão dissimétricas. A conexão da tríade sociedade espaço e tempo para compreender as territorialidades fica evidente nas seguintes palavras do autor:

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação como o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores (RAFFESTIN, 1993, p.161)

Se anteriormente apresentamos o conceito de Saquet para território como um acontecimento, para ele, a “territorialidade é o acontecer de todas as atividades diárias”, “resultado e condição do processo de construção de cada território” e necessariamente envolve as relações entre sociedade e natureza na reprodução da sociedade, biológica e socialmente (SAQUET, 2013b, p. 41). Assim a territorialidade não é apenas uma condição para a modelagem de territórios, mas o resultado das ações que envolvem sociedade e espaço e, além de relacional, é também processual.

Compreender territorialidade como resultado das ações de indivíduos e grupos, implica flexibilizar a noção de intencionalidade nela presente, a partir do que Elias nos apresenta. Ao propor o modelo de jogos para compreender as relações sociais, o autor demonstra que os indivíduos agem intencionalmente, sem conhecer a totalidade dos movimentos e intenções dos outros jogadores, assim o resultado das ações e o desenvolvimento das relações, ocorre “de modo relativamente independente das intenções e metas subjacentes às ações dos indivíduos que a constituem” (ELIAS, 2014, p. 109). Ao assumir que territorialidade pode ser produto

das relações sociais especializadas, precisamos reconhecer também que elas podem ter um caráter involuntário, ou seja, não intencionadas.

Heidrich (2010) afirma que a territorialidade “tem a ver com o fazer de um ator social” e pode ser compreendida através de duas vertentes: na primeira, através da “territorialização das instituições” ou de uma coletividade, da capacidade de influência e do exercício do poder; a outra é através dos indivíduos, mas em processos entre o individual e os grupos relacionais (HEIDRICH, 2010, p 2). Para o autor, a territorialidade é uma manifestação que articula sociedade e espaço, envolvendo as dimensões do exercício do poder, da reprodução dos modos de vida e da representação.

Se partirmos de concepção de território que envolve o espaço material, assim como o domínio da imaterialidade, Haesbaert (2007) aponta alguns usos do termo territorialidade. No primeiro, de caráter mais epistemológico, a territorialidade é uma abstração, uma condição genérica para a existência do território, e por isso sua compreensão dependerá do conceito de território a que se articula. Na segunda forma de uso do termo, a territorialidade assume um caráter mais ontológico e pode ser vista sob três modelos: como materialidade, relacionada ao domínio e controle do espaço material; como imaterialidade, relacionada ao controle simbólico através de identidades territoriais; ainda, como espaço vivido, compreensão que conjuga materialidade e imaterialidade.

Portanto, adotamos uma compreensão de territorialidade mais ampla, que envolve a materialidade e o ideal, as ações intencionais de apropriação e controle do espaço, assim como as identidades e representações vinculadas ao território. Desta forma a territorialidade pode ser vista através de marcas que os processos sociais deixam no espaço, e também das marcas que as relações como o espaço deixam nos sujeitos. Como algo presente, ela é a configuração de relações estabelecidas no espaço e no tempo. Como vivido ou como experiência geográfica nas palavras de Claval (2014), ela orienta, situa e permite projetar o espaço.

2.3 A abordagem territorial nos estudos sobre a juventude

As experiências vividas pelos jovens perpassam as dimensões da escola, da família, dos grupos e do trabalho, constituindo redes de sociabilidade que se alteram na medida em que o jovem as vive e modifica seu olhar sobre cada uma delas e sobre si mesmo. Estes territórios são marcados por conflitos, permanências, negociações por espaço, tanto entre distintas culturas juvenis como entre os grupos geracionais (TURRA NETO, 2011).

O uso do conceito de território no estudo sobre juventude possibilita uma concepção de poder que se amplia para além da dominação e do controle. Trata-se de uma compreensão de poder que contém elementos funcionais e simbólicos, não só contido nas relações, mas que é a própria relação e envolve múltiplas e indissociáveis articulações entre as dimensões espacial, cultural e política. O território seria então a “mediação espacial do poder” resultado dessas articulações, envolvendo relações econômicas, jurídico-políticas e simbólicas (HAESBAERT, 2014, p. 93). O contexto a ser observado pode privilegiar uma ou outra destas relações, mas não as dissociar.

Sobre a questão do equilíbrio da balança de poder nas relações ao longo do processo de desenvolvimento das sociedades, Norbert Elias (2014) afirma que interpretações equivocadas podem ser feitas ao usarmos o termo poder, sem a compreensão de que é algo intrínseco das relações sociais, e que “sejam grandes ou pequenas as diferenças de poder, o equilíbrio (*instável*) de poder está sempre presente onde quer que haja uma interdependência funcional entre pessoas” (ELIAS, 2014, p. 80). A interdependência pode ser entendida como as múltiplas conexões funcionais estabelecidas no contato social entre indivíduos e grupos, e pode ser observada sob diversas formas, sejam elas mais simples como nas relações entre patrões e empregados, pais e filhos; sejam elas mais complexas como as relações entre instituições e diferentes estratos sociais.

Tais conexões se desdobram entre relações político-econômicas e aquelas de caráter mais simbólico-cultural, o que remete à compreensão de território como um *continuum*, entre o material e o subjetivo, de acordo com Haesbaert (2007). As relações materiais deixam marcas dispostas pelo território, são paisagens e espaços de circulação, objetos de dominação e de apropriação também no aspecto simbólico, que participam da construção e reconstrução de identidades. Por outro lado, esta identificação que perpassa o território, reforça ou transforma esses espaços, podendo estabelecer novas relações que também possuem uma materialidade. A compreensão desse *continuum* ressalta o território como um contexto de relações materiais e simbólicas.

A dimensão simbólica do território pode então ser observada como manifestação identitária, produção e significação do espaço. Como afirmam Cabral, Santos e Gomes (2015, p. 95), “é no território que ocorre a vida cotidiana, onde está a essência dos seres que habitam o lugar e onde se constroem e reafirmam as identidades”; indicando o território como espaço de produção e de manifestação, onde os sujeitos se organizam e organizam o próprio espaço.

Numa compreensão do território como lugar de significados, ele é definido como produção histórica “ligada não apenas à posição e ocupação geográfica, mas, principalmente, ao intercâmbio” existente entre as identidades étnicas, familiares e sociais (MAGNO, DOULA E MENEZES; 2011, p. 312); e assim, a significação dos lugares remete ao pertencimento como elemento territorial, e à construção das identidades locais. Tais identidades resguardam a multiplicidade dos territórios vividos, e o trânsito entre os espaços distintos produz, por sua vez, o múltiplo pertencimento e uma multiplicidade do território.

Os grupos que ocupam os espaços urbanos produzem uma “trama territorial” composta por circuitos e territórios bem definidos, por onde circulam referências culturais e apresentam possibilidades de identificação, de acordo com Turra Neto (2012). “Cidade e lugar são, assim, tanto contexto como condição para a realização de grupos de sociabilidade juvenis, articulados a partir de referências culturais transterritoriais.” (TURRA NETO, 2012, p. 246) Estes grupos espacializam-se,

produzem os territórios, conferindo aos espaços novos significados, identidades e referências.

As formas como as relações sociais se entrelaçam, e através das quais os sujeitos se modificam e modificam o espaço, correspondem ao que Elias (1994) conceitua como configuração: um padrão mutável de relações produzidas pelos indivíduos na totalidade das ações. O estudo de uma configuração permite romper com a dicotomização do pensamento sobre indivíduo e sociedade, compreendendo os indivíduos, as relações estabelecidas entre eles e os padrões mutáveis dessas relações. Assim, podemos compreender as sociedades como algo mais que uma coleção de indivíduos, pois são contextos sociais específicos em que as pessoas desenvolvem características individuais e modelos de comportamento, identidades individuais e coletivas.

Território e identidade estão em relação dialógica, pois a identidade territorial orienta a territorialização e este processo reforça a identificação da comunidade com o espaço vivido. Para Pollice (2010), o território é um espaço relacional, produzido por processos culturais, a partir de um agir individual ou coletivo com o ambiente. O autor apresenta a valorização da identidade como estratégia para o desenvolvimento local, mas em outro contexto, sua construção conceitual ainda permite pensar o inverso: a necessidade do local para as estratégias identitárias dos coletivos urbanos, que marcam os espaços e constroem novas paisagens no cotidiano das cidades.

Haesbaert (1999) também apresenta a noção de identidade como processo reflexivo, relacional e dialógico, inserido numa relação social, trazendo-nos a noção de identidades em curso, processuais e múltiplas. Para o autor, a identidade mobiliza e é mobilizada por um poder simbólico e a busca do reconhecimento pode promover tanto o diálogo quanto o conflito com o outro.

A identidade evidencia o que Elias chama de interpenetração, processo de modificação das identidades e dos padrões presentes numa sociedade. Para o autor, a noção de identidade reflete um padrão de pensamento de senso comum que desenvolvemos em torno de um ideal, do que desejamos ou achamos que

deveríamos ser. Essa ideia contém o equívoco de considerar a identidade e os indivíduos como seres acabados e estáticos. “Embora vá contra os nossos processos de discurso e pensamento, seria muito mais adequado dizer que uma pessoa está em constante movimento; ela não só atravessa um processo, ela é um processo.” (ELIAS, 2014, p. 129, grifo do autor)

As relações estabelecidas com os territórios podem favorecer a construção de identidades sociais. Para Di Méo (2004), as identidades são configurações das relações estabelecidas que mantêm uma relação com os lugares. Essa dimensão espacial da identidade possibilita uma análise que perpassa o vínculo com os territórios e a significação dos lugares; e ainda ao acrescentarmos a escala como componente desta análise, observamos uma pluralidade de lugares e de relações que compõem este processo: a cidade, o bairro, o trabalho, a família e a relação consigo mesmo.

Esta pluralidade de territórios reflete uma multiplicidade identitária, que pode ser vivenciada ou revelada de forma sucessiva a depender da situação. Por outro lado, Haesbaert (2004, p. 220) distingue ainda o território plural, advindo de territorializações múltiplas, “construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários”. Há nisto a ideia de multiterritorialidade, um olhar para o território capaz de compreender as sucessões e sobreposições de territorialidades diversas que caracterizam as juventudes.

Com base nesses apontamentos, entendemos que o território é composto por relações processuais que se desdobram no espaço, envolvendo aspectos materiais e simbólicos. Tais relações que os jovens desenvolvem, aproximam, afastam e integram os sujeitos, individual e coletivamente, envolvendo suas identidades e projeções. As formas como tais relações se entrelaçam podem configurar redes que resguardam uma multiplicidade de experiências plurais e múltiplas. Sobre esta diferenciação, ampliaremos a discussão no próximo capítulo.

2.4 A sociabilidade juvenil e a participação política

A juventude se expressa para além das formas delimitadas e normatizadas pela sociedade, reinventando suas próprias formas de vida, apesar das contradições e impasses enfrentados. Através da dimensão simbólica, como a música, a dança e o grafite, os jovens buscam formas de mediação em suas relações com o mundo onde vivem e, posicionam-se diante dos “limites dados pelo lugar social que ocupam” (Dayrell, 2007b). Em diversas obras, encontramos essa compreensão da expressão jovem como elemento de protagonismo social que intervém no espaço coletivo, revelando a complexidade das suas relações com os pares e com outros segmentos sociais. Tais expressões, também são formas de se posicionar diante do mundo adulto e, desde a adolescência, ocorre a busca pelos espaços de interação, pelos “grupos de amigos”, onde podem trocar ideias e buscar compreender o sentido de sua condição. (ABRAMO, 1997; DAYRELL, 2007a; DAYRELL, MOREIRA E STENGEL, 2011; DUPRET, 2008; SPÓSITO, 2010)

Manhheim (1971) chama a atenção para pensarmos os grupos como unidades sociológicas, entendendo o vínculo de seus participantes para além de aspectos externos, mas pelos estímulos comuns em seu contexto. O autor também distingue dois tipos de grupos: a comunidade e a associação. Para o autor, o primeiro compreende grupos que vivem juntos “de tal maneira que não compartilham apenas deste ou daquele interesse particular, mas de todo um conjunto de interesses” e são capazes de incluir “a vida total dos seus membros”, enquanto o segundo é “organizado pela realização de um interesse ou de um grupo de interesses comuns” (MANNHEIM, 1971, p. 159). Essas categorias não são fechadas e excludentes, mas revelam tendências presentes no interior dos grupos.

Ao pensarmos nos grupos geracionais, o contexto em que ocorrem esses grupamentos, aponta a existência de uma posição de classe que pode ser abordada a partir da economia e política, mas também aponta os padrões de experiência e pensamento que estratificam as gerações, constituindo situações de geração. Mannheim ainda aponta que a situação é insuficiente para pensar a questão das

gerações por ser um elemento apenas potencial, exigindo um “nexo adicional que pode ser descrito como a *participação no destino comum* dessa unidade histórica e social”, ao que ele denomina de unidade de geração (MANNHEIM, 1982, p. 86, grifo do autor). Em tais unidades podemos observar um padrão de comportamento partilhado livremente entre os integrantes e uma afinidade no modo de se relacionar com as experiências comuns e de expressar essas relações.

Tal afinidade está presente nos grupos de sociabilidade, que além da tônica do lazer, apresentam também o papel de troca, de compartilhamento de “conhecimentos vivos e testados”, “com sentidos culturais válidos para o grupo” (CARRANO, 2001, p. 19), o que fortalece o papel educativo dos grupos jovens. A cidade pode oferecer espaços para a realização dessa sociabilidade e equipamentos sociais que possibilitem o compartilhamento de conhecimentos, na medida em que é atribuído sentido aos lugares e estes passam a ser percebidos como espaços educativos dentro da cidade.

Para Carrano (2001), a educação é um processo social de compartilhamento de significados e isso extrapola os meios institucionais, como a escola. As práticas educativas que formam as identidades dos jovens ocorrem nas redes de amizade, no compartilhamento, no conflito dos espaços públicos e privados e no relacionamento com a indústria cultural. As mercadorias culturais podem estabelecer vínculos socioafetivos em resposta à fragmentação social dos territórios: ao mesmo tempo em que elas têm um papel de alienação, elas também trazem o papel de pertencimento social, pois mercadorias culturais podem produzir uma identidade diferente daquela que a família, a escola e o lugar oferecem, mas que são compartilhadas pelos grupos. Os espaços de lazer da cidade são fortemente identificados com mercados culturais, pois são espaços de encontro e ao mesmo tempo de troca material e simbólica.

Nesse sentido, as expressões culturais em sua vinculação com a subjetividade têm um papel de expressão política e realizam um trabalho de refiguração das experiências dos sujeitos, inscritas em certa temporalidade. Camargos (2015) traz como exemplo o movimento *hip hop*, que realiza uma crítica e uma mobilização social, sendo o rap um modo intervenção social. Para ele, o *rap* opera tanto como

discurso de denúncia e revolta com as contradições vividas, como elemento de catarse, permitindo a resignificação e a mediação com o vivido. A produção cultural das periferias atua na construção e significados e no seu compartilhamento.

Camargos demonstra como o rap representa a construção de leituras do mundo ancoradas na ótica de sujeitos que não estavam em ocupações de destaque, não gozavam de prestígio social, nem eram homens ou mulheres com distinção socioeconômica. Apesar do lugar social ocupado por estas pessoas, elas atuam resignificando as contradições de sua realidade objetiva, transformando-as em elementos de afirmação identitária.

Entendemos, portanto, que as expressões culturais são maneiras que os jovens desenvolvem para se apropriarem dos espaços, refletindo suas identidades e possibilidades, apesar das limitações muitas vezes impostas pelos lugares sociais que ocupam. Neste processo, as redes se mostram como fortes elementos de inclusão e uma vez que são espaços de afirmação e autodefinição de identidades, também podem contribuir para a compreensão dos lugares e para a experiência política. A juventude é um período importante para a definição de um agir político na fase adulta e, de acordo com Seidl (2014a, p. 61), “este é um momento chave para definições e redefinições da intensidade do engajamento, para sua estabilização, retração ou abandono.” O autor analisa o ativismo político de jovens e aponta as “experiências de socialização participativa” e formas de engajamento individual, participação em projetos sociais e práticas de voluntariado, como componentes para a compreensão das variações de investimento no ativismo social (SEIDL, 2014a, p. 62).

De acordo com Castells (2013) esses movimentos não surgem somente a partir das contradições sociais, mas também de uma conjuntura emocional coletiva (ou coletivizada). As transformações de valores e perspectivas na formação dos movimentos sociais, tanto das estruturas tradicionais como nos coletivos ativistas, se articulam com as transformações na comunicação. Existe uma relação entre a difusão de tecnologias e a democratização e autonomia da sociedade civil, o que para Castells (2013) compreende também os novos movimentos como autorreflexão da população sobre o sistema.

Da autorreflexão pode surgir o questionamento das formas de dominação e exclusão presentes numa sociedade, e na medida em que os sujeitos se organizam para atuar na produção de novos valores e orientações gerais, a sociedade se modifica dentro de sua capacidade de se transformar. Nisso reside o que Tourraine (2003, p. 113) aponta como próprio dos movimentos sociais: “mais do que um grupo de interesses ou um instrumento de pressão política”, eles questionam “o modo de utilização social de recursos e modelos culturais”, questionam a própria sociedade. Especificamente sobre os novos movimentos sociais, o autor acrescenta como características a oposição à dominação do mercado, a inspiração comunitarista e a defesa de direitos sociais e culturais de indivíduos e minorias (TOURRAINE, 1999).

Em sua análise da participação política de jovens na atualidade, Maria da Glória Gohn (2018, p. 120) aponta uma tendência de adesão aos coletivos, que ela define como “agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais e, muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos”. As experiências dos coletivos podem ser mais permanentes e articuladas, como em movimentos tradicionais, ou mais pontuais e fragmentadas, a depender dos interesses pautados e das práticas contestatórias adotadas. Para a autora

Na atualidade, os jovens aderem mais aos coletivos do que aos movimentos sociais, por não se identificarem com sua forma nem com seus métodos de ação, aos quais repudiam. [...] Há grande influência de ideários anarquistas e libertários entre os coletivos, especialmente no campo da cultura. Um coletivo pode se transformar em movimento social, ou autodenominar-se movimento, ou articular-se a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. Ou ainda, podem negar a forma de movimento social por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política. (GOHN, 2018, p. 120)

Os coletivos, como novos modelos de agrupamento, produzem também novas formas de ação. Peralva *et al* (2017) destaca as manifestações ocorridas em 2013 em todo o país para compreender esse quadro. A partir de entrevistas com participantes das manifestações, ela aponta três eixos em torno dos quais os coletivos se organizam e estabelecem suas redes. Os dois primeiros estão vinculados à qualidade de vida no espaço urbano, sendo que o primeiro envolve as condições de vida e moradia nas cidades, com destaque para violência e para os problemas de mobilidade e transporte público. O segundo eixo tem seu foco na

cultura como ferramenta para transformação social, defendendo a diversidade cultural e o acesso a bens culturais. O terceiro eixo questiona a organização e veiculação tradicional das informações e inclui os coletivos chamados midiativistas. Esses três eixos não são vistos de forma isolada porque, articulados, “viraram as costas ao sistema político partidário, criando zonas de autonomia e espaços horizontais de deliberação, ainda que efêmeros: ocupações, assembleias, espaços de vida comunitária” (PERALVA *et al*, 2017, p. 27).

Com base no aporte teórico, delimitamos os coletivos como um modelo de ação social, que abarca uma variedade de pautas vinculadas aos direitos sociais e culturais. Os coletivos tendem a formar organizações horizontais e autonomistas, prezando pelo apartidarismo e pelo vínculo comunitário entre seus integrantes. Entre as ações praticadas estão aquelas de caráter contestatório e também a formação de grupos de sociabilidade, como forma de defesa de seus direitos.

Apoiado nesses autores apresentados, nosso estudo aborda múltiplas juventudes e as multiterritorialidades presentes no contexto de jovens valadarenses. Os coletivos, como outros grupos, conectam esses jovens por meio da sociabilidade, possibilitam uma mediação com a realidade vivida, criam e modificam as formas de relação dos jovens com o espaço e com a cidade. Uma rede de relações é tecida por meio dos grupos que se interpenetram, fortalecendo esse aspecto múltiplo e processual da experiência. Compreender o fenômeno da juventude perpassa pelo entendimento da configuração das ações e das relações entre indivíduos, grupos e redes.

3 CULTURAS E TERRITORIALIDADES JUVENIS

Compreendemos a juventude como um fenômeno complexo, permanentemente em construção e contextualizada historicamente. O termo pode assumir diferentes significados a depender do contexto social e do amplo processo de constituição desses sujeitos, repletos de especificidades. Sua delimitação como fase ou processo possui dois aspectos que devem ser levados em conta, sendo o primeiro universal e marcado pelas transformações ocorridas numa determinada faixa etária. As transformações biológicas, psicológicas e sociais vividas na adolescência, marcadas pela ampliação de experiência de vida marcam a entrada na juventude. De acordo com Dayrell e Carrano (2014), nessa fase o sujeito demonstra “ter necessidade de menos proteção por parte da família e começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência, dentre outros sinais corporais, psicológicos e de autonomização cultural”. O outro aspecto compreende as distintas construções históricas e sociais referentes a este momento. Com o aumento das possibilidades de experiência de vida, aumentam as possibilidades de descoberta na medida em que adquirem autonomia e passam a buscar sua individualidade.

Esses aspectos não se apresentam de forma linear e podem variar de acordo com o período, o contexto social e a trajetória de cada indivíduo (DAYRELL, 2005a). Os elementos que demarcam a juventude são relativos a cada contexto, fato que se acentua na atualidade e “a perda de linearidade deste processo é um elemento que caracteriza hoje a condição juvenil” (FERNANDES, 2013). Assim, a juventude constitui um momento da vida, mas não se reduz a ele, sendo parte de um amplo processo de constituição de sujeitos, repleto de especificidades que deixaram suas marcas em cada um. Portanto, este processo não é linear ou fixo, e estas são características da condição juvenil.

Entre as diversas questões que emergem deste tema e de suas possibilidades teóricas, centramos nossas discussões na pluralidade e buscamos a argumentação em torno do tema juventudes e das maneiras de ser jovem e de ocupar os espaços sociais. Também consideramos a forma como são construídas as perspectivas e as

expectativas dos jovens, assim como as contradições que marcam a juventude, buscando um olhar múltiplo para compreender a complexidade da condição juvenil. Como fenômeno social, juventude engloba a diversidade de experiências, as situações contraditórias e uma multiplicidade de espaços e formas de socialização.

As expressões culturais associadas à juventude são maneiras que os jovens desenvolvem de se apropriarem dos espaços, material e simbolicamente, refletindo suas identidades e possibilidades, apesar das limitações muitas vezes impostas. Com destaque para a música e a dança, que são apresentadas para além da expressão, como elemento de reflexão e identidade, desenvolvendo novas possibilidades de ser e se desenvolver, apesar dos limites que o lugar social por eles ocupado possa representar (MAGNO, DOULA e PINTO, 2011, p. 708; RODRIGUES e MENEZES, 2014, p. 317). Sobre este tema, destacamos que “a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e de um posicionamento diante de si mesmos e da sociedade.” (DAYRELL, 2007, p. 1109)

3.1 Outros olhares

Para compreender juventude é necessário reconhecer que, como categoria de análise, não constitui um grupo homogêneo e possui caráter dinâmico e descontínuo. Rosana Reguillo (2013) aponta estudos sobre a temática que envolvem desde estudos socioculturais até as perspectivas psicológicas e criminalísticas, com predomínio de dois conjuntos de estudos: o primeiro, a autora define como estudos sobre os jovens que são vistos como “incorporados” e são analisados a partir de sua relação com a escola, o trabalho, religiosidade e pelo aspecto do consumo cultural; do outro lado estão os estudos sobre os jovens tidos como “dissidentes” ou “alternativos”, com um maior número de trabalhos dedicados a estudar a sua “não incorporação aos esquemas da cultura dominante”. Ainda, acrescenta que os estudos sobre as culturas juvenis necessitam problematizar a

“multiplicidade diacrônica e sincrônica dos modos de ser jovem”. (REGUILLO, 2013, p. 27).

Na perspectiva dessa problematização sugerida por Reguillo (2013), diversos aspectos podem ser acionados na busca de uma definição da categoria juventude: a estética, a linguagem, o ativismo, a rebeldia, entre outros. Nesse sentido Juarez Dayrell (DAYRELL, 2005b, DAYRELL, 2003) já sugeria que existe uma grande “variedade de mundos” que constituem diferentes culturas juvenis, ou em seus termos, diferentes juventudes, referindo-se aos modos de vida cotidianos e específicos que ganham (ou não) visibilidade no espaço das cidades.

Dayrell explica que a construção constante de significados e significações que evidenciam as culturas juvenis, pode produzir a ideia do jovem como incompletude, ou “vir a ser” (DAYRELL, 2005b, DAYRELL, 2003); ou seja, a busca por uma definição também pode levar a uma não-definição, a juventude como um “vir a ser”.. Segundo este autor, entretanto, a representação do jovem como “vir-a-ser”, pode gerar uma visão negativa que destitui o jovem de sua identidade, entendendo-o como um “pré-adulto”, como “aquilo que não chegou a ser”, muitas vezes atribuindo-lhes a imagem de inconstância e irresponsabilidade.

Para quebrar esse sentido, Dayrell defende que é preciso compreender o jovem como sujeito social e afastar-nos da ideia de incompletude, para além da ótica dos problemas, e não confundir as dificuldades vividas com a fase que vivem. O autor ainda nos lembra que “muitos dos problemas que consideramos próprios dessa fase, não foram produzidos por jovens” e “já existiam antes mesmo de o indivíduo chegar à idade da juventude”. (DAYRELL, 2016; DAYRELL e CARRANO, 2014)

Em Maurer, Alves e Vilarino (2018), apontamos um conjunto de pesquisas em que o jovem é visto como um problema para a sociedade, interpretando-se a juventude como uma categoria social a ser controlada. Os índices de violência, a gravidez na adolescência e o consumo abusivo de álcool e drogas ilícitas são fatores que contribuem para a construção dessa imagem. Takeiti e Vincentin (2015, p. 946) chamam a atenção para o fato de a juventude ser observada, tanto pelo meio acadêmico, como pela opinião pública, apenas a partir de problemas e riscos

relacionados aos jovens, desconsiderando-os “como sujeitos capazes de inventar outras formas de vida”.

Em contraponto a este pensamento, Dayrell e Carrano (2014) destacam que “estes aspectos da realidade demandam ações urgentes para serem equacionados”, mas é necessário “um novo olhar” pelo qual o jovem seja entendido como sujeito de direitos e que esses problemas são “expressão de necessidades e demandas não atendidas”. Esse olhar “pode resultar no reconhecimento de um campo de direitos que desencadeie novas formas e conteúdos de políticas públicas” e das potencialidades e possibilidades na juventude.

Nesse sentido, é que os coletivos possibilitam compreender os jovens como mais que demandantes de direitos. Arte e cultura, associadas ao conteúdo político levantado nas bandeiras dos movimentos, possibilitam a construção de novos tecidos sociais com base em ações colaborativas, o que demonstra o caráter de protagonismo juvenil presente nestas formas de ação (ALCADE, 2013, p.16). A valorização da cultura da periferia, as práticas de sociabilidade, as intervenções artísticas são iniciativas de produção e apropriação da cidade sob a lógica do compartilhamento. As manifestações culturais próprias da juventude, em que expressam seu cotidiano, emergem então, em contextos em que são reinventadas formas de se relacionar no território.

3.2 Projetos de vida e projetos culturais

A juventude como fenômeno social possui diversas dimensões e sua compreensão perpassa pelo reconhecimento da diversidade de experiências, das situações contraditórias, assim como da multiplicidade de espaços e formas de socialização. Assim, a noção de incompletude sintetizada no “vir-a-ser” pode ser substituída pela noção de *projeto de vida*, que é apresentada por Dayrell (2013).

Nesta perspectiva, o tempo presente não é apenas a ponte entre o passado e o futuro, mas a dimensão que “prepara” o futuro. É este que dá sentido ao agir no presente, constituindo-se não só o espaço privilegiado de construção do projeto de vida como também para a definição de si: projetando que coisa se fará no futuro, projeta-se também, paralelamente, quem se será. (DAYRELL,2013)

Ao pensarmos nos projetos de vida, nos remetemos às formas e aos níveis de apropriações do território pelos jovens, pois dessa relação depende a captação de elementos para sua elaboração. Do mesmo modo, as possibilidades para a concretização dos ditos projetos estão vinculadas à compreensão que os sujeitos têm de suas realidades e disso depende a sua capacidade de ação e transformação. (Dayrell, 2013) Consequentemente, a inserção social do jovem passa a ser entendida como resultado de sua capacidade de elaborar um projeto de vida consistente e nele permanecer. O lugar social ocupado pelo jovem, e o que ocupará quando adulto, seriam resultado de escolhas individuais.

A partir desta noção enraizada no senso comum, em que o projeto de vida é resultado de escolhas individuais, ele é visto como um adiamento de recompensas. Entretanto, o entendemos como uma construção de sentido, uma vez que a partir e com as experiências que ocorrem em múltiplos espaços e escalas, os jovens constroem sentidos para o agir, individual e coletivo (Dayrell, 2013). Os espaços vividos estão presentes em tais projetos, quando não são o próprio projeto. Mais que produzido a partir das relações sociais, o espaço vivido, é o lugar das experiências que constroem um sentido para esses sujeitos.

Outra proposta para se compreender a construção de projeto de vida seria através da metáfora do *bricoleur*, que consiste na criação de objetos de forma espontânea. O objeto que não tem uma definição clara, desde o seu início vai sendo construído na medida em que os materiais são disponibilizados, escolhidos ou adaptados. Não é possível prever o resultado, pois é contingente e a própria ideia ou finalidade inicial pode ser alterada no decorrer da obra. (LEVI-STRAUSS, 1989 apud. DAYRELL,2013). Analogicamente, o projeto de vida é desenvolvido de maneira semelhante. Esse entendimento contemplaria mais elementos para pensarmos os projetos de vida dos jovens que enfrentam maiores limitações.

No contexto da construção de projetos de vida, as redes de sociabilidade podem assumir um papel importante, transformando-se em redes de ação coletiva. Arte e expressão constituem elementos de identidade e instrumentos de ação. Na fala dos sujeitos desta pesquisa, como apresentamos mais à frente, está presente o desejo de construção de um projeto coletivo em que a cultura é direito e instrumento. As festas, intervenções e encontros e desencontros relatados têm como características a denúncia da violência e discriminação que muitos jovens sofrem em seu cotidiano e a preocupação com o meio ambiente. Os jovens falam sobre as limitações impostas às minorias, para além do acesso ao lazer, mas também à moradia, saúde e educação, e destacam como a cultura pode integrar as demandas e sujeitos demandantes.

Ao analisar a experiência de uma iniciativa cultural na periferia de São Paulo, Almeida (2013) aponta que a inclusão de atividades de lazer e sociabilidade passou a ser tratada como demanda pelas novas gerações. A noção de cidadania cultural que emerge e se solidifica entre esses jovens, se fundamenta na consciência da inserção num contexto histórico e geográfico. O lazer, entretenimento e a sociabilidade se inscrevem entre os meios de participar e intervir no espaço público.

Além da contraposição à ideia de juventude como transitoriedade a organização dos jovens em torno de projetos culturais também se contrapõe à noção de que promover política pública para juventude é ofertar educação. Além do movimento estudantil, novos espaços para a militância de jovens são abertos, seja em organizações próprias ou em espaços abertos dentro de movimentos sociais tradicionais (SPOSITO, 2009). A articulação de novas pautas e introdução de novos repertórios demonstram o redimensionamento do espaço de participação de jovens na política pública.

O sentido que a cidade assume nesses projetos de ação coletiva é construído pelos sujeitos, significado e ressignificado no constante processo de sua produção das relações. Os espaços físicos são tomados pelos grupos como espaços sociais, onde interagem numa diversidade de formas. Também são transformadas as formas de sociabilidade previstas e normadas para determinados espaços através de estratégias próprias, que geram novas possibilidades e relações. Existe nisto

tentativas de controle e, por conseguinte, uma intencionalidade de criação desses espaços, seja ela percebida pelos jovens ou não.

No cotidiano juvenil, portanto, é possível perceber a integração das noções de espaços físicos e espaços sociais, pois constantemente os ressignificam para favorecer a sociabilidade e as trocas de experiência. As praças e espaços públicos favorecem essa interação quando entendidos como espaços de lazer, que é fator importante para a construção das identidades individuais e coletivas. Na escala da cidade, determinadas áreas se tornam mais familiares, reconhecidas como espaços de integração e como palco para os coletivos e circunscrevendo o pedaço desses jovens.

O *pedaço* não significa necessariamente um bairro, mas o espaço no qual as pessoas desenvolvem relações sociais que não se inscrevem no ambiente familiar e privado. Trata-se de espaços de acesso público onde os frequentadores estabelecem vínculos em meio a práticas sociais, desenvolvendo relações densas e estáveis:

Enquanto o núcleo do “pedaço” apresenta um contorno nítido, suas bordas são fluidas e não possuem uma delimitação territorial precisa. O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociedade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (Magnani, 2003, p. 116)

Acompanhando a dinâmica da cidade, os jovens que saem de bairros diversos e se encontram (também em sentido material e simbólico) em outros *pedaços*, ali estabelecem pequenas moradas. Esses pedaços estabelecidos (moradas) se tornam espaços familiares para aqueles que frequentam, assim como referência a determinados grupos para aqueles que circulam.

Gonçalves e Nercolini (2018) abordam eventos culturais de ocupação de espaços públicos no Rio de Janeiro em sua pesquisa. Uma das manifestações abordadas é a Roda Cultural, evento itinerante que reúne jovens artistas, principalmente aqueles vinculados à cultura *Hip Hop*, para apresentações e batalhas, assim como para criar momentos de interação entre os jovens. Outra finalidade da Roda Cultural é a

apropriação do espaço urbano a partir da revitalização da arte rua, ocupar as ruas e as praças de forma criativa, imprimindo no espaço as marcas da periferia. A proposta “é intervir na dinâmica da vida da cidade, recusar a individualização e a passividade diante das políticas impostas ao cidadão” (GONÇALVES e NERCOLINI, 2018, p. 38).

Da Matta(1997) define a rua em oposição à categoria casa, de forma que a rua é o lugar do imprevisto, dos acidentes e das paixões, enquanto a casa é um lugar organizado e controlado. A rua exige um esforço de localização, já que a lógica que as hierarquias podem ser distintas. A rua exige habilidade para acompanhar o movimento, ficar atento às ordens e hierarquias, exige até mesmo a malandragem para driblar adversidades e imprevistos. Ainda, o autor acrescenta que a rua pode ser entendida como equivalente às categorias mato ou floresta, mais usados no mundo rural, com o sentido de “domínio semidesconhecido e semicontrolado, povoado de personagens perigosos” (DA MATTA, 1997, p. 93).

A rua também exige criatividade. Um dos problemas enfrentados pelos jovens da Roda Cultural é a falta de aceitação de moradores próximos aos locais de realização dos encontros, que frequentemente reclamam do som alto e algumas vezes conseguem impedir a sua realização. Como alternativa, os jovens se reúnem sem o uso de equipamentos, utilizando apenas pequenas caixas de som de uso pessoal, como forma de protesto e de reafirmar o propósito de apropriação do da cidade, aproximando esses locais do uso cotidiano.

3.3 Configurações de culturas e contextos juvenis em Governador Valadares

Entendemos o território como lugar de significados, definido como produção histórica que se funda não somente no espaço material, mas nas relações que envolvem as identidades étnicas, familiares e sociais. O sentido dessas relações remete ao pertencimento como elemento territorial, e à construção das identidades que resguardam a multiplicidade dos territórios vividos. O trânsito entre os espaços distintos produz, por sua vez, o múltiplo pertencimento e uma multiplicidade do

território. A diversidade cultural juvenil representa as possibilidades para suas vivências e produz territorialidades através das diferentes formas de apropriação do espaço urbano.

Esta dimensão simbólica do território pode ser observada como manifestação identitária, produção e organização do espaço na vida cotidiana. Apontamos a apropriação dos espaços, sua dinâmica e suas tensões, para compreender identidades e relações que se sobrepõem, colocando a dinâmica de continuidade e descontinuidade dos processos sociais em perspectiva. A complexidade de experiências e sentidos produzidos pelos jovens conduz ao que entendemos por multiterritorialidade.

Ao analisar a adesão de jovens a grupos de sociabilidade buscamos compreender construções identitárias tendo como referência as relações que os sujeitos desenvolvem entre si e também com estruturas sociais mais amplas. Os espaços de sociabilidade são construídos por diferentes gerações a partir de referências culturais distintas que vão se pluralizando ao longo do tempo, em reciprocidade à ampliação das possibilidades de experiências no espaço urbano. Constitui-se uma relação diacrônica, em que a complexificação do espaço urbano possibilita novas formas de experiência coletiva, enquanto cada geração desenvolve novos espaços e apropriações distintas da cidade. (Turra Neto, 2012a, pg. 40)

Nessa rede ou movimento espaço-temporal, cada pessoa está vinculada à outra através de relações funcionais nem sempre visíveis ou reconhecidas, mas o que difere a construção de um coletivo é o sentido da relação estabelecida entre eles e com os outros. Essas redes de relações funcionais se estruturam de diversas formas a depender do contexto, e produzem associações com variado grau de autonomia e de dependência. (ELIAS, 1994) Essa interdependência e as variações na balança de poder produzem contextos mais fluidos, em que as pessoas circulam e se organizam com maior facilidade, assim como produzem contextos de maior acirramento.

Tendo como suporte toda a discussão anterior, buscamos situar um breve histórico sobre a formação dos coletivos em Governador Valadares, tendo como base os relatos apresentados nos encontros com os jovens da pesquisa, nas entrevistas e

em conversas que aconteceram durante as observações. Os fatos e eventos apresentados são aqueles apontados como relevantes para esses sujeitos e entre as lembranças compartilhadas estão festivais, encontros e reuniões, eventos no cenário político nacional, a emergência dos coletivos de cultura e mudanças no contexto da cidade fazem parte deste processo. Nos apoiamos ainda em Peralva *et al* (2017) e Gohn (2018) para compreensão dos eventos apontados que se referem ao contexto nacional.

O primeiro marco das organizações de jovens em Valadares foi a realização do Rock'n Rio Doce, no ano de 1992. O relato foi dado por Carlos Viveiros, que foi diretor do Departamento de Políticas Públicas para a Juventude da prefeitura de Governador Valadares, atuou no Coletivo Pedra Negra, e participou da formação de outros coletivos. O evento aconteceu sob influência de dois grandes eventos que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro, que em 1991 sediou a segunda edição do Rock In Rio, festival de música internacional de música de grande repercussão e, em 1992 sediou a Eco-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Com estas referências, foi organizado um festival de música em Governador Valadares em que o palco também foi ocupado por movimentos ambientais. O evento foi lembrado para demarcar a historicidade da preocupação com o meio ambiente entre os articuladores de cultura na cidade.

Outro evento lembrado por Fabiani Torres, integrante do grupo de teatro Atrás do Palco, foi a realização dos Circuitos de Cultura que aconteceram no início dos anos 2000. Foi uma série de eventos organizados pelo Instituto Telemig Celular através de um programa de promoção de cultura regional que envolvia apresentações de teatro, circo, música, dança e oficinas de artes, que aconteciam em diversos espaços como o teatro, praças, escolas. Os "Circuitos" percorreram cidades do interior do estado de Minas Gerais e proporcionaram, no caso de Governador Valadares, encontros do público valadarense com grupos de teatro de grande reconhecimento; além de oportunizar a formação para artistas e agentes culturais locais através dos cursos e oficinas do programa.

De acordo com Peralva *et al* (2017), durante esse mesmo período, começam a ser observadas mudanças na mobilização social, com a expansão desse modelo de

ação coletiva promovida pelos jovens em grande parte do país. O foco nas realidades locais, o modelo de organização horizontal e o papel das mídias digitais na comunicação dos grupos favoreceram uma série de protestos, principalmente ligados ao transporte público. Ainda, a realização do Fórum Social Mundial, que teve edições em Porto Alegre e em outras cidades do mundo, contribuiu para a emergência da questão dos Direitos Humanos entre as pautas dos movimentos sociais.

A partir do ano de 2005, começaram uma série de intervenções artísticas na cidade que buscavam articular arte e cultura como pauta e repertório. Para Carlos Viveiros, essas foram as primeiras ações de um grupo que em 2009 passou a se identificar como Coletivo Pedra Negra. Foram realizados eventos reivindicatórios, mas que traziam uma forte carga cultural em seu repertório. O grupo prezava pelo apartidarismo e tinha um perfil progressista. A prefeitura, o Mercado Municipal, as praças do centro e a empresa de transporte coletivo foram apontados como principais alvos e palcos das ações. A rede colaborativa Fora do Eixo¹ contribuiu neste cenário fomentando iniciativas culturais através da organização e financiamento de iniciativas culturais.

Diversas intervenções artísticas aconteceram, e Getúlio Foca Jr., que também integrava o Coletivo Pedra Negra e atualmente participa do Núcleo da Virada Cultural, destacou as exibições de vídeos e cine-debate no Mercado Municipal, salas de leitura nas praças do centro da cidade e os festivais que reuniam estilos musicais diferentes, esporte, artes plásticas. O objetivo era oferecer atividades de lazer e divulgação cultural de forma gratuita e acessível, por isso eram desenvolvidas intervenções em espaços públicos no centro da cidade em horários de grande circulação, como forma de alcançar maior público.

No ano de 2012 a Prefeitura Municipal de Governador Valadares criou o Departamento de Políticas Públicas para a Juventude, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude. A iniciativa favoreceu o diálogo entre coletivos, movimentos sociais, agentes culturais que focavam no público jovem

¹ O Fora do Eixo é uma rede que articula coletivos culturais e atua na captação de recursos, assim como no desenvolvimento de plataformas para produção e divulgação artística de cunho ativista. (PERALVA, 2017)

e poder público municipal. Também em 2012, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) abriu um campus na cidade, o que favoreceu articulações do movimento estudantil e a presença de coletivos como o Levante Popular da Juventude e Quilombo, já estabelecidos em outras cidades.

A difusão do modelo de organização dos coletivos e as inovações no contexto valadarense favoreceram a formação de outros grupos, alguns deles tendo como pauta questões estruturais de nossa sociedade. Movimentos já consolidados, sindicatos e organizações começaram a adotar modelos autonomistas e horizontais. Os coletivos de negritude e de diversidade começam a ganhar visibilidade, desenvolvendo ações autônomas ou se articulando com os coletivos de cultura; assim como diversas iniciativas culturais surgiram nesse período, organizadas por coletivos ou de iniciativa de liderança individual.

Voltando ao cenário nacional, o ano de 2013 foi marcado pelas manifestações de rua que começaram com reivindicações pela redução de tarifa do transporte público, se desenvolveram com as questões de circulação e direito à cidade, culminando em inúmeros protestos e acirramento entre os polos políticos. Peralva *et al* (2017) ainda aponta o fortalecimento do debate sobre o papel das obras ligadas aos megaeventos – Copa do Mundo 2014 e preparo para os Jogos Olímpicos de 2016, sediados no Brasil – uma vez que o alto valor dos investimentos e as remoções de áreas habitacionais no entorno dos empreendimentos agravaram os problemas urbanos já existentes. Manifestações de rua e ocupações se multiplicaram, incorporando pautas locais, até que em junho daquele ano ocorreu uma onda de manifestações fortemente reprimida em vários pontos do país.

Em Governador Valadares, esse contexto refletiu na polarização política dos movimentos sociais. De acordo com Carlos Viveiros, mesmo apartidários, os coletivos possuíam perfil progressista, o que afastava jovens da ala conservadora presente na cidade. A polarização no cenário nacional e a visibilidade que movimentos de direita tiveram a partir de então, fizeram com que ações-manifesto de ambos os polos emergissem.

No ano de 2015, destacamos a formação de outro coletivo vinculado à cultura, o Núcleo da Virada Cultural. Com apoio do Departamento de Juventude, o coletivo realizou a 1ª Virada Cultural de Governador Valadares, a exemplo das viradas que já ocorriam em outras cidades do país. A proposta do evento é oferecer vinte e quatro horas de programação diversificada e aberta ao público, incluindo dança, teatro, cinema, esporte, gastronomia e debates. Dias antes do evento, aconteceu o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, que resultou na morte de 19 pessoas e despejou rejeitos de mineração no Rio Doce, causando grande impacto ambiental. O ativismo, que já era uma das marcas da Virada Cultural, tomou maiores proporções nesta edição do evento, diante do crime ambiental ocorrido e da comoção gerada.

Já em 2016, um novo cenário nacional é construído. De acordo com Gohn (2018), movimentos de estudantes contra as reformas do Ensino Médio, projeto “Escola Sem Partido” e contra a PEC 241, deram início a manifestos e ocupações de escolas e universidades públicas. A autora ainda acrescenta que desde o ciclo de protestos de 2013, a pauta por mais escolas e acesso à universidade fora substituída pela demanda por educação de qualidade. Em Governador Valadares, as escolas estaduais Nelson de Sena e Arabela de Almeida Costa foram ocupadas pelos estudantes, muitos deles integrantes do Levante Popular da Juventude.

O que se seguiu foi uma desarticulação dos coletivos em função de alguns fatores apontados pelos jovens. O primeiro fator decorre da polarização política que vinha ocorrendo desde as jornadas de 2013, que causou divisões entre os grupos diante da dificuldade de manter o perfil e o discurso apartidário. A conjuntura de fomento de políticas públicas para juventude e cultura, tanto no plano nacional quanto municipal, também foi apontado como um dos fatores desfavoráveis, especialmente à realização dos festivais e eventos culturais. Outro fator foi a própria natureza emergente e dinâmica dos coletivos, pois alguns coletivos não conseguiram se renovar diante das mudanças ocorridas nos projetos de vida dos próprios integrantes.

O ano de 2018 foi descrito por Carlos Viveiros como um ano de desafios e de (re)existência para os coletivos. Em meio à disputa eleitoral, o então candidato à

presidência Jair Bolsonaro promoveu sua campanha enfatizando o liberalismo econômico e o conservadorismo, com discursos que reverberaram em atos de intolerância. Em reação, eclodiu nas redes sociais a #EleNão, movimento promovido pelo grupo de *Facebook* “Mulheres contra Bolsonaro” que recebeu apoio internacional e, além da mobilização nas redes sociais, promoveu manifestações de rua que reuniram grande público contra as ameaças conservadoras. Para os jovens da pesquisa, o #EleNão foi um momento de rearticulação, e também refletiu sobre a importância e a capacidade de atuação dos coletivos na defesa dos direitos.

Durante as incursões de campo, foi possível notar que alguns grupos voltaram-se para o fortalecimento das relações dentro dos coletivos e pela busca de novas articulações, como a organização do “Coletivos em Rede”, uma proposta de construção de uma rede local com o fim de discutir o quadro das ações coletivas e buscar soluções para os problemas detectados. A proposta emerge da percepção de que os integrantes dos coletivos já estavam integrados numa rede, tanto pela confluência de pautas e repertórios, quanto pela múltipla filiação que os jovens estabeleciam.

Os relatos acima apresentados, sobre as experiências vivenciadas para organização de Coletivos em Governador Valadares, nos remeteram à reflexão sobre o conceito de configuração apresentado por Norbert Elias. No amplo contexto de tensões e conflitos entre grupos sociais, o processo de desenvolvimento se dá pela alteração no quadro de funções dos sujeitos. Os sujeitos se modificam a partir das relações que estabelecem e o conjunto das ações modifica o entrelaçamento de tais relações, resultando em quadros sociais mais ou menos estáveis. Esse resultado, um padrão de relações mais ou menos estável de relações, produzido pelo conjunto de ações dos sujeitos no desenvolvimento de relações interdependentes, é o que Elias (2014) define como configuração. Ela apresenta certa independência das intenções que os sujeitos possam ter, uma vez que é estabelecida entre eles e com contextos mais amplos, como pudemos notar nas entrevistas e observações realizadas.

3.4 Coletivos em Governador Valadares

A proposta emergente de articulação faz com que os coletivos tendam a ser mais ou menos duráveis, de acordo com suas estratégias de renovação e de adaptação. Gohn (2014) aponta processos distintos de construção e desconstrução dos coletivos relacionados com um caráter de institucionalização dos grupos. Os movimentos e manifestações protagonizados principalmente por jovens na primeira década do século XXI proporcionaram novos repertórios e formas de organização, assim como evidenciaram demandas relacionadas à cultura, identidade e pertencimento. Diversos desses grupos estabeleceram relações com outras organizações, o que contribuiu para a difusão de modelos de ativismo menos institucionalizados e de princípios como o apartidarismo, a gestão e organização horizontal, também a autonomia dos sujeitos.

Segmentos dentro de sindicatos, movimento estudantil, e de partidos políticos passaram a adotar formatos mais fluidos de organização como estratégia de renovação. Outros passaram a organizar unidades ou células que, além de se aproximarem de tal modelo, se denominam de coletivos como forma de construir novas imagens sobre suas atuações, pois, como indica Gohn (2018), as ações coletivas sob essa nova dinâmica discursiva e estratégica têm maior potencial para atrair os jovens.

Por outro lado, algumas organizações próprias dos jovens, emergentes e autônomas, podem recusar o nome de coletivo como estratégia para inserção e reconhecimento por outras instâncias da sociedade. Apesar de preservarem o modelo de organização de coletivos e as pautas emergentes, transformando-se em movimentos sociais, fundações e associações formais, ou adotando nomes que produzam a imagem de formalização.

Apresentamos uma breve descrição de cada coletivo localizado durante o trabalho de campo, tendo como base aqueles indicados como grupos mobilizados atualmente, mesmo que de forma latente. O objetivo aqui, não é descrever os coletivos em sua amplitude, mas apontar características gerais de cada coletivo, perpassando por alguns elementos: o público, indicando perfil dos integrantes e formas de expressão e as pautas representadas; a organização, apontando os

níveis de integração interna, assim como a relação com outras estruturas e equipamentos sociais; o repertório, descrevendo as formas de ação coletiva e de confronto; por fim a difusão, meios de compartilhamento de práticas e valores que integram os movimentos.

- 8M

O 8M é uma ação-manifesto que promove atividades em torno do Dia Internacional da Mulher, reunindo mulheres que atuam em coletivos, movimentos sociais tradicionais, equipamentos públicos e profissionais da educação. A liderança na organização é altamente fluida, com alternâncias na formação do coletivo a cada evento. Dele participam mulheres de faixas etárias diferentes e que tem vinculação como movimentos que discutem o feminismo. O repertório é composto principalmente de atos performáticos, rodas de conversa e manifestações de rua, com realização do próprio coletivo ou em integração com eventos realizados por outras organizações.

- Abayomi

Coletivo predominantemente feminino, que aborda a situação da negritude, “enquanto homens, mulheres, jovens ou idosos, no contexto brasileiro e valadarense”, conforme Erika Benigna, integrante do coletivo. Participam do grupo pessoas de diversas faixas etárias, incluindo crianças. Em suas reuniões o grupo discute materiais diversos que tangenciam a situação do negro, como livros e filmes; organiza intervenções e também realiza a “quizumba”, encontro para confraternização entre os integrantes. Entre as intervenções estão as rodas de conversa, palestras, oficinas de turbante e oficinas da boneca Abayomi, como forma de combate ao racismo. As intervenções são realizadas principalmente em escolas e universidades, além da participação em eventos que integram ações de coletivos diversos. A organização do coletivo prioriza a horizontalidade e a autonomia, mas o

grupo é menos fluido, com a presença de uma liderança que tem papel de referência no movimento, e não de direção.

- Associação de BMX Street e Dirt

O coletivo reúne jovens e adolescentes praticantes de ciclismo na modalidade BMX *Freestyle*, que envolve a prática de manobras em rampas com a bicicleta de aro 20'. O coletivo atua na organização de campeonatos e de eventos que integram outras modalidades esportivas e expressões de arte de rua, tanto com o objetivo de proporcionar espaços de lazer para os jovens, quanto para o compartilhamento de experiências e profissionalização no esporte. O coletivo preza pela horizontalidade, entretanto, possui líderes que atuam como representantes junto aos órgãos públicos e organizações da sociedade civil, aproximando-o de outros modelos de associativismo. A profissionalização e a dificuldade de renovação do quadro de integrantes vêm provocando uma desmobilização do coletivo.

- Atrás do Palco

O Grupo de Teatro e Cia de Artes Atrás do Palco iniciou suas atividades como escola de teatro amador na década de 1990 e foco do grupo é a difusão das expressões artísticas, especialmente o teatro, a dança e o circo, modalidades em que o grupo atua. Realiza a montagem de espetáculos teatrais para diferentes públicos e mantém relação mais próxima com a Secretaria de Cultura do município e com órgãos de fomento à cultura, onde buscam apoio estrutural para as atividades. Possui organização horizontal, parcialmente renovada ao longo de sua trajetória.

- Batalha do Deck

O Deck é um espaço na área central da cidade onde se reúnem jovens e adolescentes adeptos da cultura Hip Hop, para realização de batalhas de rima e para sociabilidade. Como é característico da cultura Hip Hop, o coletivo utiliza a música e a dança como forma de denúncia e protesto contra diversas as formas do preconceito, assim como contra as situações de precariedade das periferias, utilizando as intervenções artísticas, a organização de eventos para o público jovem. A organização das batalhas tem se pautado pelo aperfeiçoamento e desenvolvimento da técnica dos rimadores. Ainda, o grupo tem caráter de rede de apoio e colabora para a divulgação da arte de rua, pois favorece/estimula ações cooperativas entre os artistas para troca de experiência e formação de parcerias na produção musical como alternativa aos meios de produção comerciais.

- Brotas

O Brotas é um coletivo criado para incentivar a arte autoral em Governador Valadares e oferece um espaço alternativo para o encontro de artistas. Organiza o evento Brotas Valadares Resiste, um festival com o objetivo de expor produções de conteúdo locais, incluindo música, dança, artesanato, moda, fotografia e outras expressões artísticas. O coletivo é formado por artistas locais e outras pessoas ligadas à produção cultural e alguns deles também atuam em outros movimentos. O evento é aberto ao público, e espaço para troca de experiências e conteúdo entre os artistas, e também de divulgação de seus trabalhos.

- Coletivos de Ciclismo Grau

Trata-se de um conjunto de coletivos formados por jovens de bairros periféricos para a prática do ciclismo de passeio e são organizados a partir dos bairros em que residem os participantes. Os coletivos são abertos a participação, mas cada um tem

seu grupo administrador, que organiza e convoca para a participação em passeios pela cidade. Os jovens utilizam o interesse comum pelo ciclismo e pela prática de manobras para se integrarem e para a segurança no uso do espaço público. Para muitos deles, esta é uma forma de conhecer a cidade, além do bairro e áreas no trajeto para o centro, uma vez que cada um dos coletivos pode estabelecer circuitos diferentes, proporcionando experiências diferentes.

- Encrespa

O Encrespa se inscreve dentro de um movimento de abrangência nacional, que parte da valorização estética para discutir a diversidade cultural e racial brasileira. Em Governador Valadares, o coletivo reúne principalmente mulheres que utilizam as discussões sobre o cabelo, a estética e cuidados com o cabelo negro, para abordar outros temas, como a violência e a segregação social. O coletivo realiza eventos que integram arte e política em torno de sua pauta, assim como contribui com atos performáticos, palestras e rodas de conversa em eventos promovidos por outras organizações. O coletivo tem organização horizontal e fluida, marcada pela referência de líderes do movimento negro na cidade.

- Frente Brasil Popular

A Frente Brasil Popular é uma organização de caráter progressista que busca dar suporte a segmentos da população na defesa de seus direitos. O coletivo atua principalmente na articulação de redes e construção de estratégias para enfrentamento de contradições sociais. Tem ligação com uma rede nacional de coletivos e integra pessoas de diversas faixas etárias. Em Governador Valadares atua junto a outros coletivos e desenvolve ações que visam a unificação dos coletivos, movimentos sociais e sindicatos em torno de pautas comuns e, também por isto, o coletivo também é marcado pela presença de pessoas que participam de outras organizações.

- Graffiti

Talvez o menor coletivo em número de participantes, foi criado com a intenção de reunir artistas de rua que utilizam a técnica do grafite. O objetivo era criar uma rede de produção para difundir o grafite e buscar espaços para divulgação do conteúdo e dos artistas. O coletivo participou de diversos eventos promovendo intervenções artísticas, assim como organizou oficinas em parceria com o Departamento de Juventude da Prefeitura, com escolas em Valadares e outros municípios. O coletivo vem se desmobilizando, uma vez que a profissionalização de alguns integrantes e dificuldade de conciliação de agendas de outros é crescente.

- Levante Popular da Juventude

O Levante é uma organização nacional que se originou no Rio Grande do Sul, e busca organizar os jovens na defesa e busca de direitos. Está dividido em três frentes: a camponesa, que busca atrair jovens do movimento camponês; a territorial, que se relaciona ao espaço de vida e moradia dos jovens, como o bairro, trabalho e escolas; e a frente estudantil, com maior vinculação aos jovens universitários. O movimento se formou com a proposta de inovar a experiência organizativa de movimentos tradicionais, valorizando a horizontalidade, a diversidade e a renovação de repertórios de ação. O Levante se articulada em núcleos locais e a frente estudantil é a de maior destaque em Governador Valadares; atuou na ocupação de escolas durante os protestos de 2016, e também realizou manifestos locais, os chamados escrachos.

- Mais Mulheres no Poder

Reúne mulheres de diferentes faixas etárias produzindo um espaço de capacitação e incentivo para que elas atuem nos “espaços de poder”. O coletivo entende que as mulheres precisam participar nos espaços de tomada de decisão, contribuindo para

a construção de uma sociedade mais igualitária. Trabalha principalmente com a oralidade e a preparação para análise e discussão de políticas públicas. Muitas integrantes do coletivo participam de outras organizações e movimentos sociais, o que contribui para a transversalidade dos temas discutidos. Também se articula com outros coletivos na elaboração de estratégias de intervenção e de eventos.

- Diversidade, Gênero e Negritude – Sind-UTE

Coletivo integrado por profissionais da educação vinculados ao Sind-UTE, desenvolve ações mais fechadas com foco principal nos educadores. Construído a partir da compreensão de que era necessário promover formação para os profissionais, uma que lidam como situações discriminatórias no cotidiano escolar. Além de encontros de formação voltados aos docentes e realizados nas escolas, o coletivo ainda promove encontros abertos ao público, como mesas de debate que focam em cada uma das dimensões temáticas que engloba. Enquanto coletivo, não se articula com outros movimentos e instituições, mas os integrantes também pertencem a outras organizações, o que favorece a visibilidade do grupo.

- Núcleo da Virada Cultural

O coletivo atua na organização da Virada Cultural em Governador Valadares, evento que envolve exposições, oficinas de arte, debates, apresentações musicais, literatura, artes visuais e esporte, entre outras expressões e modalidades de arte. O coletivo atua no campo do direito e acesso à cultura e busca estabelecer parcerias com o poder público e com o setor privado para realização dos eventos. Busca valorizar produção artística local e promover eventos acessíveis para toda a população, também se pauta pelo uso dos espaços públicos em atividades culturais e de lazer.

- Nudis

O Núcleo de Debates sobre Diversidade e Identidades é um coletivo que busca promover espaços de discussão sobre a diversidade de gênero e garantia de direitos da população LGBTQ+. Em suas ações, o Nudis busca promover um diálogo envolvendo a população, representantes do poder público e de organizações sociais, através de estudos, debates e ações, o coletivo busca contribuir para a promoção de igualdade de direitos, assim como para o respeito e valorização das diferenças. O coletivo organiza eventos que articulam atrações culturais, debates, rodas de conversa, como a Semana da Diversidade e a Parada Gay.

- Quilombo

O coletivo Quilombo é uma organização vinculada à União Nacional dos Estudantes, mas que possui autonomia e organização mais flexível que os movimentos estudantis históricos. Tem como principal pauta a questão da negritude e a luta anti-racista, mas aborda também o feminismo, a diversidade sexual, o campesinato e outros temas. Teve início nas universidades da Bahia, discutindo ações pela permanência de estudantes negros no Ensino Superior, com questões relacionadas ao pertencimento étnico e a igualdade de direitos dos estudantes. O Quilombo é uma organização nacional que está presente em Governador Valadares, organizado principalmente por estudantes da UFJF, desenvolvendo ações e participando em atividades conjuntamente com outros movimentos. Também tem caráter comunitário como rede de apoio aos integrantes.

Outras iniciativas

Durante o trabalho de campo, muitas outras iniciativas foram relatadas, mas as compreendemos como ações decorrentes de estratégias, ou mesmo como instrumentos utilizados pelos coletivos acima indicados. Os festivais, rolezinhos e

manifestos constituem repertórios de ação, uma vez que são meios que os coletivos utilizam para colocar em pauta seus objetivos e reivindicações e para produção de ambientes para troca de informação e integração. Tais iniciativas também podem ser vistas como ações de difusão, nas quais as pautas e objetivos dos coletivos, assim como as práticas e valores, são divulgados e compartilhados como outros movimentos e segmentos da população.

3.5 Múltiplas territorialidades e multiterritorialidade

As delimitações aqui apresentadas têm um fim didático, de apresentar as possibilidades de engajamento presentes em Valadares e os formatos de ação coletiva desenvolvidos. Os limites entre cada coletivo são altamente permeáveis. No desenrolar da vida cotidiana, os jovens lidam com situações diversas e estabelecem relações múltiplas. Para além das parcerias entre os grupos na realização de intervenções, os sujeitos transitam por esses lugares e fixam o seu fazer social em diversos pontos.

Para a Luci Pereira (2017), o espaço urbano é marcado por diversas territorialidades que originam lugares sociais híbridos. Fronteiras simbólicas delimitam lugares de práticas sociais diferentes e que representam visões de mundo, mas em contato, produzem entrecruzamentos e superposições que revelam a fluidez dos territórios que se misturam e realçam “sonoridades, visualidades, encontros e sociabilidades” (PEREIRA, 2017, p.6). O espaço urbano é planejado conforme normas de uso e funcionalidades, a partir de uma racionalidade técnica, mas os usos do território o ressignificam e lhe conferem vida.

Como código a ser lido, o espaço urbano forja-se no cotidiano, o que aponta para a necessidade de entender seus processos de territorialização e reterritorialização, os usos, os conflitos. (PEREIRA, 2017, p. 5)

A espacialidade dos grupos constituídos no espaço urbano, quando consideramos as relações funcionais e interdependentes, nos apontam processos distintos de territorialização, que envolvem diferentes tipos de controle e apropriação territorial. A depender do contexto e dos padrões estabelecidos para o uso do espaço, os grupos estabelecem relações mais delimitadoras ou fluidas com o lugar. A multiplicidade das relações estabelecidas e as sobreposições de relações implicam na compreensão do espaço como um híbrido, conjugado na materialidade e na imaterialidade (HAESBAERT, 2017).

Os processos de produção e organização do espaço se configuram em diferentes níveis de controle do território, o que Haesbaert (2007) aponta como múltiplas territorializações. Estas podem ter um caráter mais flexível permitindo mais conexões e sobreposições de territorialidades, mais fechadas e dificultando a pluralidade de identidades e de poderes, ou territorializações mais desterritorizantes, que o autor aponta como espaços desidentificadores, ou destituidores de cidadania. Compreendendo que os coletivos são espaços plurais, identificamos processos que remetem às possibilidades de territorialização mais flexíveis e territorializações múltiplas, distinção proposta por Haesbaert.

Para o autor, as *territorializações mais flexíveis* são aquelas que admitem a sobreposição territorial, tanto de maneira sucessiva quanto simultânea. Neste conjunto estão os processos que permitem uma maior justaposição de relações no espaço-tempo. As territorializações sucessivas podem ser observadas na construção de territórios multifuncionais, como os espaços públicos do centro que permitem o acontecimento de atividades diferentes, mas em tempos distintos. As praças e ruas são ocupadas por funcionalidades distintas a depender do dia e do horário, como os rolezinhos de bicicleta, em que os jovens ocupam as ruas em horário de menor fluxo de veículos automotores. Esta é uma forma de se apropriar do espaço, mas sem entrar em conflito com a funcionalidade projetada para as ruas.

A presença de grupos geracionais diferentes, além de funcionalidades diferentes pode ser vista, por exemplo, na Praça dos Pioneiros, no centro da cidade. Como ideal, uma praça constitui um mesmo espaço, os grupos podem fazer uso daquela área, mas as trocas entre eles são limitadas e, mesmo que não haja um controle

físico do acesso a pequenos setores, não ocorre a integração entre as pessoas. Semanalmente, a praça e o entorno são ocupados por usos distintos, setorizados, que ocorrem ao mesmo tempo, mas com delimitações espaciais visíveis: a área de alimentação, a concha acústica, as ruas e avenidas do entorno. De cada setor é feito um uso por um grupo específico. Entendemos que a territorialização neste caso, ocorre simultaneamente no tempo, mas produz territórios distintos.

As parcerias entre coletivos, poder público e organizações sociais também são exemplos de processos de territorialização flexível. O estabelecimento de tais conexões produz territórios permeáveis para atuação de agentes com distintas funcionalidades e com fluxo variável de informações. As territorialidades se encaixam produzindo relações específicas e contextualizadas, com variado grau de integração. Na organização de eventos ou manifestações, os coletivos atuam conjuntamente com sindicatos, setores do poder público, organizações de fomento e outros. A integração nestes casos ocorre na construção de um produto, mas as funcionalidades das relações são especificadas para cada um dos sujeitos e pode ser vista no uso de equipamentos públicos e no financiamento de iniciativas culturais.

Haesbaert também apresenta o conceito de *territorializações efetivamente múltiplas*, que corresponde à estrutura de relações “construída por grupos que territorializam na conexão flexível de territórios-rede multifuncionais, multi-gestionários e multi-identitários” (HAESBAERT, 2007, p. 32). Para além de relações interdependentes com variado grau de integração, são territórios em que ocorre a integração das funcionalidades configuradas numa rede. A multiplicidade de relações e as filiações que os jovens estabelecem em diferentes coletivos, assim como a organização horizontal na medida em que favorece o fluxo multidirecional das informações, favorecem também a construção de uma rede multiterritorial.

Ainda é em Haesbaert (2007) que buscamos outra distinção que reitera a conceituação acima. De um lado está a noção de múltiplos territórios, que se relaciona com uma noção de multiterritorialidade em sentido amplo, remetendo ao fato de sujeitos individual ou coletivamente estabelecerem relações em diferentes espaços e escalas sobrepostos, produzindo também a ideia de multipertencimento.

Por outro lado, o autor propõe que a multiterritorialidade não ocorre apenas de maneira quantitativa, mas também qualitativa, uma vez que existem diversas possibilidades de combinação entre as formas de se apropriar e intervir no espaço, que produzem uma enorme gama de territorialidades. Alguns fatores corroboram para a construção desta multiterritorialidade em seu aspecto qualitativo e o autor indica que são os agentes que promovem a multiterritorialização, o caráter variável entre o material e o simbólico do território, a compressão espaço-tempo, as continuidades e descontinuidades do território e a combinação de tempos espaciais.

Percebemos múltiplas territorialidades na medida em que ocorre uma justaposição de relações funcionais, tanto na articulação entre os coletivos para a realização de eventos e outras atividades, quanto no pertencimento dos sujeitos a diferentes coletivos ou organizações. Entretanto, na medida em que as relações se interpenetram e se integram numa rede complexa, torna-se possível a percepção de uma multiterritorialidade. Como um fenômeno que pode ser observado em seus aspectos qualitativos, a multiterritorialidade possui variações que não cabem em conceitos fechados ou em tipologias como estas apresentadas. Mais do que descrever as combinações territoriais que encontramos em campo, destacamos o caráter de integração das relações estabelecidas pelos jovens em diferentes espaços, escalas e tempos. O fluxo de tais relações e outros aspectos da construção da rede de ação compõem a discussão que apresentaremos no próximo capítulo.

4 ASSOSSIATIVISMO JUVENIL, SOCIABILIDADE E REDES DOS COLETIVOS DE JOVENS EM GOVERNADOR VALADARES

Os grupos juvenis podem ser entendidos como espaços de agência e de mobilização política, marcados pela dinâmica de inclusão e empoderamento (CORREA, ALVES e MAIA, 2014, p. 18). A forma como são construídas as perspectivas e as expectativas dos jovens envolve os modos de vida e socialização dos jovens, também os aspectos transversais, como família, escola, trabalho, amizade, bairro. A vida desses sujeitos é composta de experiências espacializadas e na relação que mantêm uns com os outros, o que para nós significa dizer que a vida ocorre em territórios distintos e múltiplos.

Entendemos como necessário, pensar na forma como os territórios estão articulados e nas suas possíveis integrações com as políticas públicas e os territórios ocupados pelos jovens. A escola, a família, os grupos, o lazer e o trabalho constituem redes de sociabilidade que se alteram na medida em que o jovem as vive e modifica seu olhar sobre cada uma delas e sobre si mesmo. Entretanto, a passagem por diferentes territórios não ocorre sem tensões, sendo marcada por conflitos, permanências, negociação por espaço, tanto entre diferentes culturas juvenis, como entre grupos geracionais. (TURRA NETO, 2011)

Além das questões relacionadas às múltiplas maneiras de ser jovem, ainda temos uma disputa geracional, uma vez que os sujeitos estão posicionados de forma diferente, de acordo com “a idade em relação ao tempo histórico e ao presente”, de forma contextualizada (TURRA NETO, 2012a, p. 37). Tais posicionamentos implicam em formas diferentes de ocupar o espaço, que são construídas ao longo de processos sociais, também implicando na construção de novas formas de disputa, como por exemplo, as ações dos coletivos juvenis.

Para Luciana Tatagiba (2014), os novos formatos de ação coletiva e de protestos são resultado da complexidade do associativismo brasileiro forjado no decorrer das décadas que a autora analisa. Para além da questão geracional, ocorreu a emergência de grupos políticos e culturais das periferias, assim como o aumento da

presença de coletivos com variado grau de reconhecimento político “reivindicando o direito de ter sua voz ouvida e seus direitos considerados”. Uma marca do associativismo atual é a indisposição para investir no diálogo institucional, em virtude de uma atual incapacidade da elite e da estrutura política para ouvir e encaminhar as demandas apresentadas. Para a autora, esses movimentos procuram “brechas” para “emergir na cena pública com rosto e voz próprios”. (TATAGIBA, 2014, P. 58)

Concordando com Melucci (1999), tomamos como ação coletiva aquelas que explicitam um conflito social e apelam para a solidariedade para romper os limites do sistema em que tal conflito se produz. Essas possibilidades de atuação que são estabelecidas ao longo do tempo nos aproximam novamente da reflexão sobre a interdependência (Elias, 2014). A estabilidade de alguns grupos depende de processos de diferenciação e de assimilação, tanto dentro do grupo quanto em relação ao ambiente.

Para Tânia Quintaneiro (2010), as mudanças ocorrem em surtos ou em “ondas” e essas grandes oscilações na balança de poder provocam embates e, por consequência, a necessidade de estabelecer estratégias adequadas ao evento e ao momento. Desse modo, o compartilhamento de expressões e identidades, assim como as redes de sociabilidade e ação constituem estratégias que se materializam em intervenções como festas, rodas de conversa, eventos culturais ou rolezinhos.

Alves (2014), ao produzir um inventário da cultura Hip Hop, aponta que os eventos interligam as pessoas que deles participam. Nesses lugares dinamizados em torno da arte como contestação, convivem as crianças, os idosos, os *hip hoppers* e os de passagem; enfim, o povo do bairro e o povo do centro, nesse momento o povo da cidade; e então, a arte restitui o sentido da obra. Ainda, os eventos articulam os coletivos com outras organizações, como igrejas, movimentos sociais, lideranças de bairro e produtores culturais, constituindo redes voltadas para a realização de tais empreendimentos.

Redes sociais podem ser definidas como estruturas dinâmicas e complexas que interligam pessoas ou grupos que compartilham valores e/ou objetivos. As redes se conectam de forma horizontal e geralmente são descentralizadas como apontam

Souza e Quandt (2008). Para os autores, as redes podem assumir diferentes formas no decorrer do tempo, a depender dos sujeitos e dos meios de conexão. Se reunindo em torno de diferentes objetivos (políticos, econômicos ou culturais) e escalas (locais ou internacionais), as redes de caráter cultural tendem a ser mais coesas e próximas; enquanto redes de origem econômica podem abranger grandes distâncias, dificultando a integração de seus pontos. Ainda, as redes informais são baseadas no fluxo de informação e apresentam processos de decisão marcadamente participativos e negociais.

Partindo dos estudos etnográficos sobre as ações de coletivos em São Paulo, Frugoli Jr. (2018) indica que elas se referem principalmente aos aspectos cotidianos na vida urbana e buscam obter mudanças concretas no uso dos espaços públicos. Como crítica ao modelo de urbanização que prioriza automóveis, o uso dos espaços públicos para lazer e cultura.

A dimensão eminentemente espacial de várias intervenções promovidas por tais coletivos implica pensar numa relação incontornável dos agentes entre si e deles com o espaço urbano (espaços públicos e equipamentos urbanos), ou seja, recorrer à ideia consolidada da antropologia urbana de que a cidade não é um pano de fundo ou local neutro onde se dão tais ações, mas um contexto dinâmico com o qual os agentes efetivamente dialogam. (FRUGOLI JR., 2018, p. 76)

No caso das redes de sociabilidade, elas se mostram como espaços privilegiados de inclusão, uma vez que são espaços de afirmação e autodefinição de identidades e também contribuem para a compreensão dos lugares. A expressão destas identidades marca diversos espaços, especialmente através das artes, como a música e a dança. (MORA e MONTEIRO, 2013) Assim, entendemos que as expressões culturais são maneiras que os jovens desenvolvem para se apropriarem dos espaços, refletindo suas identidades e possibilidades, apesar das limitações muitas vezes impostas pelos lugares sociais que ocupam.

Em Governador Valadares, pudemos identificar a formação de uma rede de coletivos, que apontou diferentes compreensões sobre o que é, e o que pode ser um coletivo. Entre os elementos que caracterizam os coletivos apontados na literatura, a horizontalidade e o caráter identitário são fatores frequentemente apontados pelos

entrevistados. Muitos grupos, ações e eventos foram citados durante as observações e entrevistas, mas apresentamos aqui somente aqueles indicados como ativos durante o percurso de campo.

A depender do perfil, do contexto de inserção e das estruturas de relações estabelecidas entre os sujeitos, um coletivo poderá desenvolver práticas contestatórias, ou não. A adesão aos coletivos se deve principalmente aos aspectos culturais e estéticos, assim como por se colocarem como alternativa aos métodos de ação tradicionais. Em seu interior, os coletivos produzem novas dinâmicas de ação coletiva, práticas discursivas e formas de solidariedade interna.

De acordo com Gohn (2018), por seu caráter dinâmico, os coletivos passam por mudanças internas e externas com mais facilidade que movimentos tradicionais, resultando em diversas configurações de organização e ação. Por um lado, um coletivo pode se transformar em movimento, ou se autodenominar movimento, através de processos de formalização e institucionalização, assim como articular-se a movimentos tradicionais a estes se incorporando. Em processo inverso, movimentos tradicionais, na medida em que seus integrantes e o contexto de atuação se desprendem das formas políticas tradicionais, assumem formas mais horizontais e fluidas de organização, no todo ou em seções organizadas. Como resultado da confluência de tais processos, é possível observar formas híbridas de organização autodenominadas coletivos, num *continuum* entre os modelos ideais e aquelas estruturas mais hierarquizadas e formais.

[...] Os coletivos, ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais, são agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Coletivos autodenominam-se como ativistas e não militantes de organizações. Vivem experiências e experimentações que podem ser tópicas ou mais permanentes, fragmentadas, ou mais articuladas. (GOHN, 2018, P.120)

Estabelecemos aqui uma tipologia dos coletivos a partir dos objetivos apontados e dos modelos de ação. A partir da literatura e das informações obtidas em campo, foi possível notar que a integração dos coletivos em rede perpassa por tais modelos. A tipologia proposta não tem a pretensão de definir uma identidade para os grupos ou

classificá-los, mas subsidiar a discussão sobre os campos de ação e as formas de articulação entre eles.

Para a discussão entremeamos subsídios teóricos e falas de participantes dos coletivos que foram contatados e aceitaram participar da pesquisa. Essa trama favoreceu compreender a funcionalidade das relações estabelecidas entre os coletivos e com outras organizações, assim como a configuração da rede.

- **Coletivos de cultura, arte e expressão**

Esses coletivos reúnem jovens que pensam a cultura e buscam debater assuntos relacionados à diversidade, democracia e acesso à cultura e o caráter identitário presente nas expressões artísticas. Letícia Firmato e Getúlio Foca, que fazem parte do Núcleo da Virada Cultural, destacaram que os eventos, como a Virada Cultural e os festivais, funcionam como “ponto de encontro para todas as tribos”, especialmente grupos que buscam alternativas para o lazer e sociabilidade que muitas vezes fogem do padrão de eventos comerciais que existem na cidade. Os eventos articulam arte, esporte e política e contemplam diversos estilos musicais, elementos da cultura *Hip Hop*, como as rimas, o grafite e o *break*, teatro, *skate*, ciclismo; proporcionando espaço para discussão de direitos humanos, direito à diversidade e o meio ambiente.

Analisando o movimento estudantil brasileiro, Mesquita (2008) afirma que o campo cultural se torna uma demanda e um espaço privilegiado para a militância, pois ao mesmo tempo em que a arte possibilita elementos de reinvenção da ação política, ela também diversifica a identidade coletiva e atrai os estudantes. A articulação entre arte e política fica evidente em três dimensões dos coletivos e movimentos juvenis: como demanda em ações que buscam o incentivo e a promoção de atividades culturais para o público; como repertório, diversificando as ações desenvolvidas; e como difusão, reunindo estudantes pelo compartilhamento de identidades coletivas. Essa forma de movimento atrai estudantes que estavam dispersos dos centros de militância como base na política tradicional.

As articulações de pautas dos coletivos apresentadas, destacando-se que a cultura pode reunir diversas pautas e ações, têm como características a denúncia da violência e discriminação que muitos jovens sofrem em seu cotidiano e a preocupação com o meio ambiente. Getúlio Foca expressa as limitações impostas às minorias, de acesso não só ao lazer, mas à moradia, saúde e educação, afirmando ainda que “a gente não é minoria, agente é maioria, só que a gente é esmagado tanto, que acha que a gente diminuiu”. Para ele, é necessário “continuar estendendo essas bandeiras” que falam da luta diária dessas pessoas e a cultura “consegue abranger tudo isso”.

As iniciativas artísticas e culturais representam um meio de sobrevivência bastante significativo, uma vez que advém de grupos periféricos, não só em termos de localização no espaço urbano, mas também em termos econômicos. Os jovens que participam destes grupos, em geral, têm acesso a postos de trabalho caracterizados pela baixa remuneração, qualificação e gratificação pessoal. O investimento nas ações culturais é uma alternativa à “produção cultural do centro”, organizando festas, encontros e exposições que colocam no mercado a produção de artistas da periferia.

O coletivo Batalha do Deck é um ponto de convergência para os artistas da cena *Hip Hop* que buscam o desenvolvimento da arte e dos meios de produção. Para Mateus Alaska, músico que participa do Deck, o *Rap* leva mensagem de protesto e também ostentação, “como forma de dar esperança”, e que a partir do vínculo estabelecido entre os participantes da batalha, “eles conseguem se locomover de uma forma que as coisas vão para frente”. Além do entretenimento, as batalhas de rima e eventos que o coletivo organiza possibilitam a construção de redes de apoio para a produção de arte autoral, através da troca de informações, do compartilhamento de equipamentos de gravação e ajuda financeira para participação em eventos e competições em outras cidades.

A arte de rua vem da periferia e “traz em si as marcas fortes da identidade territorial, reivindicada e positivada por essa produção”, valorizando a periferia como “lugar onde se produz cultura, e não somente violência e marginalidade” (TOMMASI, 2013, p. 19). Mas, ao trazer esses eventos para o centro (físico e econômico), o que

retorna para a periferia? De que forma os moradores da periferia se apropriam desses produtos? Nas análises de Livia de Tommasi, que tem como lócus as cidades do Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, as manifestações culturais e artísticas produzidas a partir da periferia não reverberam no seu local de origem, o que pode ser representado pelo aumento da presença de moradores de regiões ricas da cidade nos eventos promovidos na periferia, o que não é observado reciprocamente com relação aos moradores da periferia em 'áreas nobres' na cidade.

Getúlio Foca destacou a importância de realizar eventos nas áreas de grande circulação na cidade como forma de dar visibilidade aos artistas, e também como oportunidade para que as pessoas veja mas diversas formas de arte e expressão que fogem ao que é cotidianamente exposto e divulgado. Ele também chamou a atenção para a importância de um movimento inverso, que valorize a periferia como espaço onde se produz cultura. Sobre a relação entre produção cultural e a periferia, Getúlio Foca argumenta:

E a gente sempre olhava pra quem éramos, para nós mesmos... Tem uma galera que é lá do Carapina, fazendo funk, vamos pegar a galera, ver o que eles têm e trocar umas ideias, vamos propor alguma coisa para melhorar. E vamos trazê-los para o centro, mas não esquecendo de que as coisas também tem que ser feitas nas quebradas. Porque muitas pessoas tem o costume de sair, de se deslocar seu habitat pra vir pro centro. Mas a gente tem que levar cultura para dentro da periferia, não é tirar essa galera de lá, porque cultura de bairro é muito importante. Você vê lá, tiozinho trocando uma ideia na porta de casa... Isso é cultura.

- **Coletivos de esporte e lazer**

Menos visíveis durante o percurso da pesquisa, estes coletivos utilizam as práticas esportivas como marca identitária e como alternativa para ocupação do espaço urbano, assim como os coletivos de cultura. A sociabilidade construída em torno de práticas esportivas é uma alternativa na busca por estruturas de lazer e possuem uma durabilidade variável. Como sociabilidade e identidade tendem à renovação contínua, pois as práticas são reproduzidas e atualizadas facilmente, mesmo diante da mudança do quadro de praticantes.

Enquanto grupos organizados, é possível notar duas tendências características. A primeira é de coletivos que se voltam para o desenvolvimento técnico e para profissionalização. Esses grupos organizam atividades com maior número de ligações externas, mas em que as funções dos participantes são delimitadas, como os campeonatos e exposições. Os eventos são abertos ao público buscando aumentar o contato entre os integrantes, atletas de outras modalidades, público e patrocinadores, como aponta Felipe Stork, integrante do BMX, Street e Dirt:

Fizemos diversas oficinas com BMX Freestyle, entre outros projetos também, como campeonatos e a interação era muito bacana, entre atletas, entre outros coletivos, até mesmo os órgãos públicos. Tivemos diversas experiências, muito bacana... [...] também atrair o público, mais atletas para o esporte.

Outra tendência é de grupos mais fechados, que desenvolvem ações voltadas à sociabilidade em torno do esporte. Os grupos se reúnem nas praças públicas para prática do esporte seguindo um modelo de treino, sem o objetivo de realizar exposições, mas acabam por atrair a atenção de moradores e pessoas que circulam pelos locais. Além de se organizarem para uso do espaço público, também contribuem para a divulgação de práticas esportivas, porém é mais raro serem reconhecidos como grupos de ação coletiva.

- **Coletivos de identidade e inclusão**

Alguns coletivos instrumentalizam a cultura como forma de articulação de pautas, havendo forte presença em Governador Valadares de coletivos relacionados à questão da negritude e coletivos LGBT. Estes coletivos promovem ações fechadas que buscam fortalecer a integração e proporcionam espaços de identificação e afetividade como forma de resistência às adversidades cotidianas. Também podem atuar promovendo atividades abertas, direcionadas a algum público específico, com destaque para as rodas de conversa, palestras e festivais.

A perspectiva da exclusão é substituída pela do sofrimento nas falas dos entrevistados. Sobre isso, Bader Sawaia aponta que a ideia de exclusão remete à materialidade e se confunde com as questões econômicas, enquanto o sofrimento

como categoria de análise social remete ao desejo, ao sentimento e à afetividade, sem deixar de lado as relações de poder, o direito e a economia. “A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas [...]. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado.” (SAWAIA, 2007, p. 98) A autora ainda acrescenta que a identidade é um posicionamento político, pois é construída em relação ao outro e ao comum, em processos marcados por tensões.

Nesse sentido, movimentos artísticos periféricos e eventos de lazer articulam cultura e política que ultrapassando as demandas urbanas tradicionais, como habitação e serviços, incluem na pauta as demandas culturais específicas e o próprio direito de se manifestar e à diversidade. Elizabeth Borelli (2012) aponta que os movimentos culturais juvenis da periferia imprimem na música, na dança e nas artes plásticas, interpretações próprias sobre os mecanismos de marginalização que constituem o cotidiano. De acordo com a autora, ocorre o compartilhamento de uma “estetização do espaço e cotidiano periféricos”, em que ser da periferia “significa participar de um estado de coisas, que inclui tanto uma capacidade para enfrentar as duras condições de vida, quanto pertencer a redes de sociabilidade, a compartilhar certos gostos e valores”. (BORELLI, 2012, p. 68).

As experiências em comum são forte elemento de engajamento em tais coletivos e as manifestações do poder que reúnem, definem grupos, segregam e agregam, passam a ser problematizadas coletivamente, possibilitando a ressignificação de tais experiências. São realizados encontros para estudo de temáticas, discussões sobre questões relativas à pauta dos coletivos e preparação de intervenções. Letícia Pereira, integrante do Quilombo, fala sobre a estratégia do coletivo em sua organização interna.

“É como se fosse um encorajamento, porque antes eu tinha uma outra visão do mundo, de mim mesma [...]. Justamente por essa política interna de sempre colocar, de colocar as mulheres na liderança, você começa a se ver em espaços que não se via. Não é comum ver pessoas parecidas comigo em certos espaços, então lá, a gente vê”

As intervenções envolvem palestras e oficinas que acontecem em escolas da educação básica e universidades, assim como em atividades integradas como

outros coletivos e organizações sociais. Outra forma de intervenção é a organização de festas que buscam proporcionar um espaço de integração entre os jovens com diferentes perfis, produzindo ambientes de segurança. Uma iniciativa que tem a participação de coletivos é o Festival da Diversidade, reconhecido por reunir diferentes expressões e gostos, mas buscando oferecer um ambiente seguro, de lazer e integração. Sobre o Festival da Diversidade, Mônica Coelho, produtora de eventos e uma das organizadoras do Festival, explica que

O objetivo do evento é esse mesmo, é a gente trabalhar esse espaço e que as pessoas possam conviver harmonicamente no mesmo espaço, pensando diferente, tendo gostos diferentes. Por se chamar Festival da Diversidade, acontece que bandeira mais latente nesse evento é a LGBT. E uma observação: que é um evento em que os travestis e transexuais se sentem muito à vontade, muito seguros e bem acolhidos. [...] Lá a gente combate mesmo a homofobia, o racismo, a misoginia... então, qualquer tipo de preconceito...

Esse modelo comunitário que articula “investimentos emocionais” e “empreendimentos intelectuais” em ações coletivas é discutido por Jerkins (2006). A partir do pertencimento, da formação de redes de apoio e do desenvolvimento pessoal, os coletivos passam a promover ações voltadas para segmentos da população relacionados à sua pauta. Estes modelos de associação tendem a ser mais duráveis, pois embora os integrantes possam mudar de coletivos na medida em que mudam seus interesses e possam manter filiação a diversos grupos simultaneamente, as comunidades “são mantidas por meio da produção mútua e troca recíproca de conhecimento” (JERKINS, 2006, p. 55).

- **Coletivos articuladores**

Assim como o formato de coletivos apresentados anteriormente, estes também têm como principal pauta a contestação de contradições sociais e a defesa de direitos, mas seu principal meio de atuação é a mobilização e capacitação de pessoas para atuar como liderança em suas comunidades e no espaço político; assim também contribuem com a reflexão e proposição de modelos de ação social. Atuam

principalmente no nível organizacional, contribuindo com a elaboração de repertórios, discussão de narrativas, e também na articulação, contribuindo com a circulação de informações. Desenvolvem seus propósitos principalmente através de reuniões para estudo e debate das questões sociais, eventos de formação e de integração entre diferentes segmentos da população.

Suas pautas possuem caráter mais abrangente, como cidadania, direitos estudantis, justiça e inserção social, abarcando questões mais específicas dentro de cada um desses segmentos. Entre os seus componentes, os líderes são sujeitos com inserções múltiplas, em redes sociais e militantes diversificadas, como trabalhadores do setor público, membros de sindicatos, associações de categorias e organizações sociais diversas, assim como pessoas que transitam em partidos políticos. De acordo com Seidl (2014b), a bagagem de militância, a circulação em segmentos variados e sua capacidade de reunir recursos organizacionais, facilitam para que esses sujeitos sejam reconhecidos atores legítimos em suas causas, individual e coletivamente.

Algumas iniciativas organizam coletivos articulados nacionalmente estabelecendo bases locais de atuação em forma de rede, mas que buscam aproximação com as demandas locais. Como exemplo temos o Levante Popular da Juventude, organização de alcance internacional, que busca organizar os jovens em frentes de atuação que articulam demandas de segmentos jovens através das frentes campesina, territorial e estudantil, com a realidade do local onde os jovens estão inseridos. O coletivo desenvolve ações junto a grêmios estudantis, com a proposição e desenvolvimento de modelos organizativos, repertórios e meios de difusão, assim como atividades de formação para integrantes de movimentos sociais

Outra iniciativa é o Mais Mulheres no Poder, coletivo que discute a atuação feminina nos espaços públicos e desenvolve atividades de capacitação, buscando o compartilhamento de informações e o desenvolvimento da oralidade. Não se trata de uma organização própria de jovens, mas articula mulheres de diferentes gerações e que participam de espaços sociais variados, entre eles o movimento estudantil, grupos feministas e organizações sindicais. O grupo ainda organiza de campanhas

para divulgação da atuação de mulheres em setores políticos e profissionais, assim como auxilia no estabelecimento de redes de apoio.

- **Ações-manifesto socioculturais**

A categoria envolve expressões coletivas no espaço público como o objetivo de “afirmação de direitos socioculturais para segmentos da população que se sentem excluídos, discriminados ou sem reconhecimento de suas singularidades” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 15). Constituem associações mais fluidas que efetuam intervenções temporárias no espaço público fazendo relação direta com a demanda do grupo. Como exemplo, podemos citar os rolezinhos, as marchas e manifestos. Os grupos tendem a ser menos duráveis, pois articulam integrantes de coletivos e movimentos sociais distintos, possibilitando que a formação de lideranças e a troca de atores ocorram com mais fluidez, com configurações que podem variar a cada edição do ato.

Uma ação-manifesto pode ser provocada por uma demanda pontual na emergência de algum fato, assim como pode contemplar uma demanda que persiste ao longo do tempo.

Para compreender tal diferenciação, podemos tomar como exemplo as manifestações organizadas por grupos feministas que são articulações de coletivos ativistas que se comunicam e realizam protestos nas ruas e pela internet. A Marcha das Vadias², por exemplo, e no nosso caso o 8M, cujo objetivo é desnaturalizar o machismo, lutar contra a violência de gênero e por igualdade de direitos, por tratarem o tema de forma mais abrangente, podem se repetir por anos em série. Outros movimentos, como o #EleNão, se articulam diante de eventos flagrantes e perduram durante a emergência das situações que os provocam.

² Para Scherer-Warren (2014) a Marcha das Vadias é um movimento híbrido com características estéticas de manifestação pública, mas possui uma organização que tende para a continuidade histórica. Organizada por ativistas que se comunicam através de redes sociais virtuais, a Marcha das Vadias desenvolve protestos nas ruas e na internet, por mudanças socioculturais relacionadas à diversidade e igualdade de direitos e pelo fim da violência contra as mulheres.

Não se trata de eventos promovidos por coletivos, mas organizações próprias, muitas vezes possibilitadas pelas redes virtuais. A virtualidade das redes nos leva à questão da escala, que também pode apresentar variações significativas, pois contempla protestos que envolvem situações localizadas ou manifestações de repercussão nacional e internacional. Os eventos acima remetem a manifestos de escala nacional e internacional, entretanto encontramos relatos de ações mais localizadas, como o protesto pela renomeação do aeroporto da cidade, promovida com a participação do Levante Popular da Juventude e de outros coletivos. O objetivo foi desconstruir a homenagem feita a um dos líderes do golpe militar de 1964, como explica Vinicius Maia, integrante do Levante que participou da ação:

E aqui em Valadares, a primeira ação nossa foi muito local... acho que saiu numa nota de rodapé, num veículo aqui da mídia... nem sei se eu tenho acesso, mas foi um escracho que a gente fez de rebatizar o nome do aeroporto. O aeroporto era Altino Machado, nós homenageamos o Chicão, que foi militante aqui do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na década de sessenta, nos episódios que precederam o golpe militar. E o Coronel Altino era um dos representantes dos coronéis aqui da época, que comandou o ataque ao sindicato. Então, conhecendo um pouco dessa história, alguns jovens que, daqui de Valadares, que já eram organizados, fizeram essa ação de rebatizar o aeroporto. [...] protocolamos um requerimento na câmara de vereadores para que mudasse o nome do aeroporto.

Outra ação-manifesto organizada por coletivos é a prática dos rolezinhos. De acordo com Scherer-Warren (2014), os rolezinhos são manifestos produzidos por jovens que buscam reconhecimento cultural. Em suas palavras

Os Rolezinhos são grupamentos especialmente juvenis que se manifestam buscando o reconhecimento cultural, mas se distinguem de outros grupos por focar seus protestos no direito de ir e vir e de ocupar diferentes territórios sociais, de não ser discriminados por sua origem social e de usufruir dos mesmos bens de consumo das denominadas elites. (SCHERER-WARREN, 2014, p. 26)

Uma característica das ações-manifesto é o uso do corpo na construção de uma estética de protestos. Írys do Carmo (2018) aponta que o corpo tem sido politizado nos protestos e discursos feministas para além dos direitos sexuais e reprodutivos. O corpo se torna o veículo de transmissão de mensagens e a própria mensagem, a corporeidade exposta e divulgada se torna o meio e o fim dos atos públicos. A performance é centrada no corpo com a intenção de transcender a experiência feminina privada da sexualidade, da fragilidade e da gestação, apresentando corpos que “manejam contingencialmente o masculino e o feminino, o animal e o humano”,

que também lidam com a subjetivação da estética e da política. (CARMO, 2018, p. 213)

A crescente veiculação de imagens através de redes de comunicação digital, atrelada à busca de novos recursos para mediação social, provoca a mobilização dos corpos como expressão política. Além da presença nos manifestos, do número produzido, os corpos servem como ilustração de uma identidade, contribuindo para a construção de sentidos a partir das imagens de protestos e manifestações, de acordo com Silva (2014). Essa estética auxilia na difusão de narrativas compostas pelos coletivos.

4.1 Redes de ação coletiva e redes territoriais

A construção de uma identidade coletiva é ponto central para a compreender uma rede de movimentos sociais, pois envolve o sentimento de objetivo comum, e faz com que ativistas e organizações se considerem ligados em torno de uma causa. A identidade transcende os eventos e manifestações, faz com que o movimento não se restrinja à sua organização e aos atos públicos, assim como possibilita que a rede perdure em diferentes contextos.

O movimento social (ou sua rede) é uma estrutura informal de organizações, grupos e indivíduos ligados por identidades coletivas ou reconhecimento mútuo, cuja ação pode ocorrer ao longo de um continuum intertemporal e passar por períodos de protesto específico e/ou de articulação com canais da política institucional. (CARLOS, 2011, p. 157)

A rede é então, um sistema de relações com fluxo multidirecional, em que as ligações estabelecidas se assemelham aos fios da trama de um tecido. O conjunto das relações sociais se dá num equilíbrio flutuante do poder, produzindo tensões variáveis que podem produzir pontos de maior tensão, ou de maior elasticidade. As ligações existentes numa rede social podem ser analisadas em diferentes níveis, tanto a partir das relações individuais, quanto em níveis de maior amplitude, como a do poder estatal.

Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto, essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele. (ELIAS, 1994, p. 35)

Para que uma rede social seja compreendida como rede geográfica, é necessário considerar sua dimensão organizacional, sem que se perca de vista sua dimensão espacial e temporal, como discute Corrêa (2012). Considerando ainda os tipos de relações que são estabelecidas nas redes, elas podem ter caráter mais funcional, voltadas à manutenção e desenvolvimento do sistema econômico e à administração estatal; ou predominar o caráter simbólico, “ou de solidariedade, voltadas para as territorialidades mais alternativas ao poder dominante” (HAESBAERT, 2017, p. 123). Neste aspecto relacional, Haesbaert (2017) aponta que as redes são elementos do território e cabe refletir sobre o seu papel na construção e fortalecimento de territórios.

Sobre essa mesma temática, Souza (1995) sugere que há uma distinção entre redes territoriais e territórios-rede. O primeiro remete à noção de contiguidade, em que os pontos podem significar sujeitos ou territórios conectados formando uma rede em que podemos perceber as vias e fluxos que interconectam os pontos em continuidade relativa a uma escala. A representação gráfica da rede (figura 1) se dá em superfície e os nós territoriais (1, 2, 3 e 4) se conectam direta ou indiretamente, estabelecendo fronteiras que podem ser mais ou menos visíveis, assim como mais ou menos permeáveis.

Rede territorial contínua

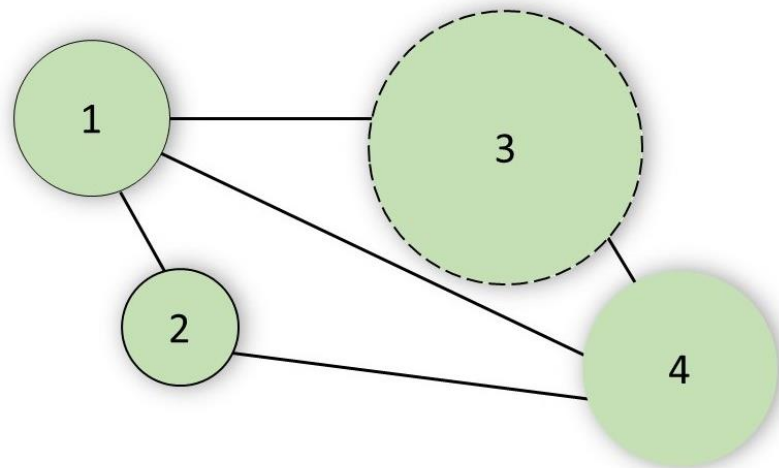


Figura 1 – Diagrama: Rede territorial contínua

Quanto à segunda noção apresentada, a de territórios-rede, Souza propõe que sejam pensadas como territórios descontínuos, uma ponte conceitual para que as redes possam ser compreendidas em sua multidimensão e multiescalaridade. Com a noção de multiescalaridade, “cada nó de um território descontínuo é, concretamente à luz de outra escala de análise, uma figura, um espaço, ele mesmo um território” (SOUZA, 1995, p. 93). Na representação gráfica (figura 2) abaixo, demonstramos que A, B, C, D e E, são territórios da rede 5 quando pensados em determinada escala. Em outra escala, 5 é um nó territorial conectado a 1, 2, 3, e 4. Esta noção de território-rede permite compreender outros fluxos que ocorrem entre escalas distintas, além de ajudar a superar a noção de que exista uma única forma de poder em determinado território. A depender das escalas de análise, será possível observar a sobreposição de poderes e, por consequência, de formas de interdependência relacional.

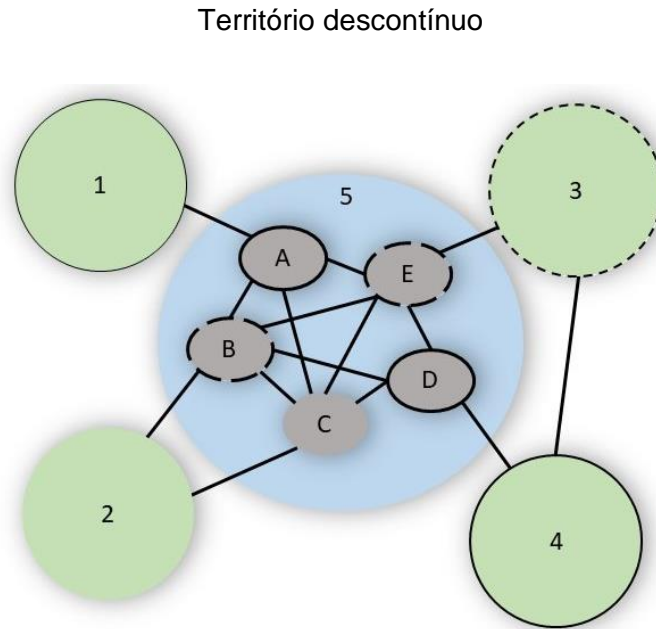


Figura 2 - Diagrama: rede territorial multiescalar

Outra análise sobre as redes territoriais é acerca dos processos de territorialização que também podem ser observados nos diagramas. Determinados territórios possuem limites mais ou menos visíveis, que podem ser vistos através de barreiras materiais ou simbólicas. Nos casos em que há maior delimitação, também existem conexões com outros grupos ou territórios, mas a funcionalidade das relações é mais nítida como reflexo de processos de territorialização mais fechados. Apesar da delimitação visível, outros territórios apresentam permeabilidade relativa, estabelecendo espaços que são abertos e fechados ao mesmo tempo.

Por essa perspectiva, os coletivos tendem a ser constituídos em processos de territorialização mais flexíveis, uma vez que abrangem diversos objetivos, pautas e público. Entre o grupo as relações funcionais são mais paritárias e nas relações com outras organizações se tornam mais funcionais. Através das ações e atividades desenvolvidas no coletivo, os jovens podem estabelecer relações específicas com a cidade, ou com espaços da cidade, e tais ações ainda podem imprimir aspectos da identidade desses jovens no espaço urbano.

Em resalto, compreendemos não somente aquelas ações que buscam a manutenção e o reforço dos limites de um determinado território, mas também

aquelas que atuam na construção ou na resignificação das relações que os sujeitos estabelecem com os lugares. Como exemplo temos as ações-manifesto que atuam neste sentido de forma direta. Os rolezinhos buscam denunciar as barreiras simbólicas e materiais produzidas para impedir a circulação de determinados segmentos em espaços determinados. Manifestos que buscam alterar os nomes de praças, escolas e outros equipamentos, buscam resignificar a relação que os jovens e outros segmentos têm com a cidade, com os lugares públicos e com a própria história.

Algumas áreas podem ser mais favoráveis a produção de espaços para os jovens, como espaços comerciais que permitem a sucessão de apropriações. A organização de eventos em áreas centrais facilita o encontro de pessoas vindas de diferentes pontos da cidade e a realização de trocas entre elas. Coletivos como a Batalha do Deck, que tem forte vinculação com a cultura hip hop, apresentam forte vinculação com a periferia. As ações que o coletivo desenvolve, marcaram um espaço de relativa visibilidade com a presença os jovens que são de periferia. Entretanto, nem sempre essas ações reverberam na periferia como esperam os articuladores, ou nem sempre é possível notar qual o reflexo dessas ações.

Do ponto de vista de uma escala maior, observamos os coletivos como espaços em que os jovens estabelecem relações entre si, mas reduzindo a escala percebemos que os coletivos se articulam produzindo uma trama, na qual ocorre um fluxo de informações e pessoas. Também estabelecem relações com grupos pertencentes a instituições, organizações sociais, movimentos sociais e poder público. Entendemos que as vias por onde as informações e recursos circulam são as pessoas que integram essa rede. A depender da escala não podemos observar esse fluxo.

Quando nos remetemos à noção de coletivos juvenis, entendemos que são espaços próprios da juventude, organizados por jovens e que emergem de situações presentes. Entretanto, o modelo de organização dos coletivos não é exclusivo de jovens, mas uma tendência do associativismo na atualidade. Destacamos com isso que, em alguns coletivos vinculados a questões estruturais da sociedade, a tendência é que estes deixem de ser espaços próprios da juventude, na medida em que seus integrantes “envelhecem”, mas permanecem engajados tornando os coletivos em espaços para a juventude. Outros coletivos podem desenvolvem maior

potencial para renovação de seus quadros, enquanto outros podem ainda se desarticular.

Os coletivos também tendem à desinstitucionalização e à emergência, mas podem estabelecer relações com diversas instâncias, ou em diferentes escalas, sem com isso mudarem de personalidade. Como tendência, significa que coletivos são construídos em processos com propensão a aspectos não institucionais. A noção de não institucionalidade não contradiz a produção de redes em que organizações recebam apoio e compartilhem recursos com movimentos sociais, sindicatos, escolas e órgãos públicos, preservando ainda sua autonomia. As redes por sua vez, cumprem o papel de integração entre organizações coletivas e organizações mais fechadas, entre coletivos juvenis e coletivos produzidos por outros grupos geracionais, assim como entre organizações emergentes e organizações herdadas.

4.2 Redes submersas

Como dito anteriormente, a metodologia escolhida nos encaminhou para a identificação de uma rede de coletivos, estes de diferentes formas e com variados objetivos. Entretanto, na complexidade urbana, encontramos o que Zibech (*apud* Souza, 2018) chama de *redes submersas*. Essas redes não são visíveis diretamente, pois não gozam de ampla visibilidade ou de reconhecimento. Diferentemente das redes de clandestinidade que se ocultam estrategicamente, as redes submersas atuam sem o reconhecimento do grande público ou da mídia e assim permanecem até que ecloda em algum protesto ou manifestação que atraia a atenção para ela. Souza (2018) ainda observa que a surpresa com a eclosão de ondas repentinas de protestos ou de movimentos que surgem aparentemente de forma repentina, se relaciona muitas vezes com a falta de atenção a estas estruturas.

Grupos que pautam a produção e divulgação cultural, assim como os movimentos que desenvolvem ações contestatórias, tendem a buscar os *espaços luminosos* da cidade, enquanto outros, mais focados na sociabilidade e no compartilhamento identitário, podem permanecer em *espaços opacos*, como pode ser visto em Turra

Neto (2012). O distanciamento, ou a permanência na cena *underground* pode ser parte da estratégia identitária de algumas culturas juvenis, entretanto, ocupar este espaço pode ser um limite imposto socialmente.

Em meio às observações de eventos e locais reconhecidos como espaços de circulação de jovens, foi possível “esbarrar” em outra rede, que inicialmente não percebíamos como um coletivo. São grupos que se articulam na periferia da cidade, circulam em diversos espaços, mas retornam para seu local de origem. A referência de sua presença na paisagem da cidade é a itinerância e raramente são reconhecidos como uma ação coletiva.

Ciclismo Grau

O Ciclismo Grau é uma prática inspirada no motociclismo grau, em que os pilotos realizam manobras com motocicletas e que é uma prática proibida pelo Código de Trânsito Brasileiro, entretanto, os praticantes ressaltam que a legislação explicita a proibição da prática com veículos automotores, o que não inclui as *bikes*. A prática surgiu em Valadares com pequenos grupos de jovens de bairros periféricos que se reuniam em praças para “brincar com as *bikes*” e chamavam a atenção de moradores e da Polícia Militar em função da grande aglomeração de jovens, muitos deles menores. A partir de uma intervenção da Polícia Comunitária que pretendia estabelecer bases de contato com os grupos como estratégia de segurança pública, os jovens começaram a se organizar estabelecendo uma rede de contatos entre eles.

Os grupos se organizaram primeiramente como espaço de troca de experiências, em que os integrantes poderiam conversar sobre bicicletas, equipamentos e treinar manobras. Como disse Rogério, um dos administradores do coletivo Elite do Grau: “Tudo o que tem relação com bicicleta a gente gosta!”. Aos poucos, eles começaram a circular pela cidade com a prática dos rolezinhos.

Um rolê tradicional é o acompanhamento do “Trenzinho da Alegria”³, que frequentemente é seguido por grandes grupos de jovens em suas bicicletas. Ocorre

³ Prática comum na cidade, em que uma carreta ou ônibus é decorada como um ambiente de festa e perfaz circuitos pré-determinados pelos bairros da cidade, ao som de músicas populares e acompanhado de dançarinos fantasiados de personagens de histórias infantis e jogos.

uma associação da imagem das carretas à de jovens e adolescentes acompanhando o trajeto em suas bicicletas. É comum ver a aglomeração se formar nas quintas-feiras à noite nas proximidades da Praça dos Pioneiros, no centro da cidade, à espera da primeira “viagem” do trenzinho. Os integrantes dos grupos de ciclismo grau se reúnem e ocupam seu lugar nas ruas e praças.

Além dos rolês saindo de seu bairro para o centro, hoje são realizados eventos maiores, de frequência mensal e com o objetivo de integrar os grupos de bairros diferentes. O convite para o encontro é feito pelos organizadores de um dos grupos, através de mídias sociais particulares, determinando o ponto de encontro e o horário de início do passeio. Esses convites são repassados individualmente, numa espécie de “boca a boca”. Segundo os participantes, não há uma noção de quantos grupos estão ativos na cidade e nem de quantos jovens chegam a receber os convites, mas em nossas incursões identificamos quatro grupos:

Coletivo	Local de referência
Elite do Grau	Bairros Sir, Santos Dumont e CARDO
100 Limites	Bairro Santa Rita
Tropa do Grau	Bairro Altinópolis
Emocionados do Grau	Município de Frei Inocênciao

Quadro X – Grupos de Ciclismo Grau abordados durante a pesquisa

Chamo a atenção para o grupo de Emocionados do Grau que é de Frei Inocênciao, município a cerca de 40 km de Governador Valadares. O grupo estava participando de um rolê num domingo à tarde e veio a convite de outro jovem e, em meio às conversas, percebi que os organizadores não sabiam que a divulgação do evento poderia ter tal alcance. Era a primeira participação do grupo num rolê em Valadares e relataram que trouxeram as bicicletas no bagageiro do ônibus e o objetivo era fortalecer o contato para realizar um evento em Frei Inocênciao.

Nesses eventos, somente o ponto de encontro é pré-determinado. Com o grupo reunido, é definida a primeira parada e o trajeto para chegar lá, e assim é feito em cada ponto. Ao chegar numa parada, é momento de posicionar as *bikes* para as fotos, realizar manobras, tomar o refrigerante e a água comprados através de rateio

entre os participantes ou de patrocínio, também realizar sorteio de brindes (quando há patrocínio).

Os locais de referência para o rolê são a Praça Ari Ferreira Matos no bairro Lagoa Santa, a Lagoa do Bairro Jardim Pérola e a Praça da Paz no centro da cidade. A paisagem é um dos elementos para a escolha do circuito, mas como foi possível notar nas conversas sobre a escolha do trajeto, são lugares onde não ocorre conflito com os moradores e comerciantes circunvizinhos.

O grupo é predominantemente masculino e faixa etária é de 12 a 25 anos. Em geral são jovens de famílias de baixa renda e moradores de bairros periféricos, que encontraram no ciclismo grau uma forma de lazer acessível na cidade. A maioria das bicicletas é do tipo “Barra Circular”, que de acordo com eles é mais resistente para fazer as manobras e, na medida em que conseguem, tunam⁴ as bicicletas, adquirindo peças específicas para melhorar o desempenho, fazendo pinturas especiais e adicionando adereços.

A prática do rolê é uma alternativa à falta de opções de lazer disponíveis a estes jovens também uma estratégia de segurança, como afirmou Breno, um dos jovens que participa dos rolezinhos. Em grupo eles se sentem seguros para ir além do bairro e circular por toda a cidade.

O rolê é de graça, mas as bicicletas não. [...] Vê a gente passando na humildade, não sabe o que que a gente passou para ter os trem. Quer tirar da gente... tirar do nada... A gente custou a ter, aí vem um vagabundo e passa a mão, sem saber de nada. Aí é errado! [...]

Rogério, ainda acrescentou que as famílias ficam preocupadas com a segurança deles quando saem de bicicleta e que a prática de andar em grupo ajuda a evitar os furtos, assim como atua no suporte em caso de dano do equipamento. Uma preocupação de Rogério e de outros do grupo é incentivar e orientar os mais jovens quanto ao comportamento no trânsito. A orientação é manter as ruas livres para circulação dos outros veículos, não realizar as manobras em meio ao trânsito,

⁴ O Tuning é a prática de realizar alterações mecânicas e aprimoramentos nos veículos automotores para personaliza-los e melhorar o desempenho.

preservar o patrimônio público e reagir adequadamente quando ocorre algum conflito.

Nós curtimos isso aqui, o nosso estilo de vida é esse. Muitas vezes nós somos questionados e prejudicados... às vezes o preconceito tem, mas nós não estamos nem aí, nós queremos curtir o que a gente gosta.[...] Nós gostamos é de *bike* mesmo, é de curtir a *bike*.

A situação evidenciada aqui, se relaciona com o que foi proposto por Rodrigues e Menezes (2014) sobre situações de exclusão e de inclusão precária. Uma vez que um grupo ou população fica à margem do processo de capitalização ele pode buscar outras formas de inserção na sociedade, entre as quais se destacam as artes, o trabalho e os movimentos. Como alternativa a um cotidiano insatisfatório, os jovens na busca por lazer e consumo e criam espaços alternativos que podem não ter tanta visibilidade.

As barreiras que demarcam esses espaços alternativos podem ser percebidas na estratégia de escolha dos trajetos, que envolvem o uso de praças fora do horário habitual para a presença de moradores, áreas comerciais porque não há circulação de pessoas aos fins de semana e aproveitar o trajeto já estabelecido pelas carretas. O objetivo não é produzir um ato reivindicatório pela ocupação do espaço público, mas buscar caminhos em que possam continuar com a prática do rolê.

4.3 Convergências

A tendência para a formação de organizações mais flexíveis como a dos coletivos, é observada por Gohn (2014 e 2018) e Sposito (2010) entre os movimentos sociais, organizações civis e movimento estudantil. As organizações que emergem do contexto juvenil apresentam modelos de participação múltiplos adeptos da gestão horizontal e da autonomia dos grupos. Organizações herdadas e estruturadas hierarquicamente passam a adotar novos modelos de associação ou a compor unidades de organização coletiva como forma de atrair a participação de jovens.

Com base nas observações e entrevistas, foi possível compreender parte do processo de formação dos coletivos e a construção de uma rede de ação coletiva que envolve diferentes segmentos sociais. Alguns períodos foram favoráveis à formação dos grupos, sejam eles coletivos juvenis, movimentos sociais ou grupos culturais. Em outros momentos, a conjuntura política provocou um aumento da tensão nas relações locais. O distanciamento e a aproximação com alguns setores da gestão pública também marcaram o processo.

Os coletivos de cultura, os grupos de sociabilidade e os coletivos mais próximos ao movimento estudantil apresentam maior capacidade de renovação dos seus integrantes, mantendo o caráter de associação com base no vínculo geracional. Como coletivos juvenis têm maior potencial para formação de novos grupos, assim como para sua desarticulação. Os coletivos mais vinculados às pautas estruturais enfrentam maior dificuldade de renovação, mas permanecem atraindo grande número de jovens.

Por outro lado, os coletivos que advêm de outras organizações sociais se tornam espaços para juventude. Como parte de organizações herdadas, apresentam um quadro de integrantes com a presença de pessoas de outras faixas etárias e que desenvolvem atividades com a participação de jovens de forma a integrá-los, ou mesmo os colocando como público alvo. Tais grupos são reconhecidos como organizações coletivas que integram a rede de movimentos sociais.

Os relatos apontam para a necessidade de se desenvolver atividades fora do centro da cidade. Entretanto, algumas vezes percebemos a falta de informações sobre como as ações desenvolvidas refletem no entorno, ou mesmo de reconhecer as ações desenvolvidas nas periferias pelos próprios moradores. Isso se deve a características inerentes à formação dos coletivos, pois os recursos de divulgação são limitados e a própria falta de formalização inviabiliza algumas vezes a produção de informações qualificadas. A circulação das informações se dá através de contatos particulares, o que pode se limitar às redes já estabelecidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação apresentamos diversos conceitos relacionados às diversas maneiras de ser jovem aos diferentes contextos juvenis. Buscamos construir uma compreensão acerca da complexa rede de relações que os jovens estabelecem entre si, com outras gerações e com o espaço.

Entre os espaços pelos quais os jovens transitam, experimentam o mundo e dele se apropriam, distinguimos os coletivos juvenis por compreender que são espaços privilegiados para a construção de relações autônomas e de projetos de vida. A articulação entre a Sociologia e a Abordagem Territorial que desenvolvemos ao longo deste trabalho possibilitou compreender imbricações do espaço social e alguns de seus desdobramentos. Por seu caráter interdisciplinar, este trabalho também possibilitou apontar interseções entre os estudos sobre juventude e sobre a formação de redes, tanto das redes de ação coletiva como das redes territoriais.

A cena observada evidenciou que os coletivos atuam em diversos campos, que incluem o lazer, a sociabilidade e o campo da cultura, assim como se aproximam de movimentos sociais no campo do direito à diversidade e igualdade de gênero, dos movimentos feministas e estudantil, e ainda da luta anti-racista. Entre as formas de organização e de construção de repertórios, a horizontalidade e o caráter identitário dos coletivos se mostraram favoráveis à formação de comunidades e redes de apoio, que acabam por se tornar estratégias de atuação dos grupos.

Na medida em que são desenvolvidos modelos de ação coletiva que têm como objeto a apropriação dos espaços, os jovens podem construir ou reconstruir suas relações como a cidade e com os lugares. Na idealização dos eventos culturais ou de manifestações é recorrente que entre os objetivos esteja a percepção da necessidade de ocupar os espaços públicos, ou de mudar a relação construída com determinados espaços. Os espaços são marcados pelo som e pelas imagens, alguns transitórios como a aglomeração dos jovens reunidos e a música que percorre o ambiente, outros mais permanentes como os grafites nos muros pela cidade. Nisto é possível ver diferentes expressões das juventudes que se manifestam no espaço, como referências que podem ser de pertencimento, de interdição, ou mesmo de sobreposição de territorialidades.

A apropriação dos territórios se dá muitas vezes em contexto de disputa, e a organização coletiva pode ser uma estratégia para driblar as tensões e interdições. Existe uma variedade de ações táticas que envolvem a escolha de espaços menos disputados e a transitoriedade das ações, ou contrariamente, que possam evidenciar a presença dos jovens na cidade.

No âmbito das relações presentes no conjunto dos coletivos, foi possível observar que múltiplas territorialidades se sucedem em meio à pluralidade de espaços de sociabilidade e ação social, mas destacamos que as redes construídas ampliam o campo das relações ao estabelecer fluxos de informações entre pessoas e entre territórios em escalas diversas.

Os dados obtidos permitiram perceber a configuração de uma rede de coletivos, não apenas de jovens, mas que permeia gerações, organizações sociais e órgãos da administração pública. Por meio das entrevistas foi possível conhecer pessoas que desenvolvem seus projetos de vida que se desdobram também como projetos de cidade, numa reflexão permanente sobre o cotidiano, em busca de formas de compreensão e enfrentamento das contradições sociais. Com a observação participante foi possível perceber as formas como essas pessoas se conectam numa trama de relações e como o posicionamento desses jovens na teia social ganha novas perspectivas e possibilidades a partir de sua participação nos coletivos.

Entretanto, a metodologia apresentou limitações significativas. A seleção de amostra por conveniência alcançou um ponto de saturação das indicações para entrevista que se fechou na formação de uma determinada rede, composta por jovens e coletivos que se reconhecem como atores e meios de ação coletiva na cidade. O contato durante as observações com a rede de ciclismo grau, fora das amostras por conveniência é um indicativo de que a rede não envolve todas as ações desenvolvidas na cidade. Caberia, então, uma investigação a partir de outros parâmetros de busca para levantar iniciativas que podem ocorrer na periferia da cidade, mas que não são conhecidas (ou reconhecidas) ou que o sejam somente num espaço mais limitado.

As informações sobre os coletivos e participantes da construção do cenário atual, como destacamos o Coletivo Pedra Negra, estão em relatos dos integrantes, memórias, fotografias e documentos pessoais; fontes que os instrumentos de coleta

e análise escolhidos, assim como a limitação do tempo, não permitiram que fossem tratadas aqui. Com esta pesquisa apontamos os coletivos juvenis como campo fecundo para o desenvolvimento de outros trabalhos sobre a juventude e também sobre redes de ação coletivas.

Ao desenvolver este trabalho, diversos conceitos foram apontados e autores de diferentes campos do conhecimento subsidiaram sua construção, mas esse conjunto só fez sentido em articulação com as informações obtidas em campo. As categorias de análise selecionadas e alinhadas a partir da literatura, tiveram seus significados aprofundados quando refletidas nas palavras dos entrevistados. Esperamos que as complexas redes multiterritoriais e os modelos de associativismo evidenciem ao leitor que os coletivos são resultado da mobilização de jovens que buscam seu espaço na cidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helen Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5. v.6, p. 73-90, maio/dez, 1997.

ALCADE, Emerson. **Cultura ZL**: rede de coletivos Ermelino Matarazzo. São Paulo, EDICON, 2013.

ALMEIDA, Renato Souza de. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 56, p. 151-172, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar. 2019.

ALVES, Cristiano Nunes. USO DO TERRITÓRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS: O QUE SE MOSTRA NO INVENTÁRIO DA CULTURA HIP HOP (2005). *R. Ra'e Ga - Curitiba*, v.31, p.280-310, Ago/2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/33379>> Acessado em 24 mar. 2019

BORELLI, Elizabeth. Vulnerabilidades sociais e juvenil nos mananciais da zona sul de São Paulo. **Katálisys**, Florianópolis, v. 15, n. 1, jan/jun. 2012. P.62-69

CASTRO, Iná Elias de. O espaço político: limites e possibilidades. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. **Olhares Geográficos**: modos de ver e viver no espaço. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. P.43-72

CABRAL, Eugênia Rosa; SANTOS, Alessandra Livia Lima; GOMES, Sérgio Castro. Responsabilidade Social e Ambiental e Desenvolvimento local Sustentável: O Caso do Projeto de Educação Ambiental e Patrimonial – PEAP. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade –GeAS** (São Paulo), Vol. 4, N. 1, p.91-107, Janeiro/Abril. 2015. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/index>> Acesso em: 21 mai. 2018.

CAMARGOS, Roberto. **Rap e política**: percepções da vida social brasileira. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200011&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2019

CARMO, Íris Nery do. O perigo das dobras: iconografias e corporeidade do feminismo contemporâneo. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 193-222, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752018000100193&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 25 mar. 2019

CARRANO, Paulo Cezar Rodrigues. Jovens na Cidade. **Trabalho e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ano 1, n.1, p. 15 – 22. Ago. 2001 Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Os_jovens_e_a_cidade.pdf> Acesso em 13/11/2018

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**. v.11, n.31, jan-abr 2006

CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens**: a geografia [trad. Domitila Madureira]. São Paulo: Contexto, 2014

CORREA, Licinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares, (orgs.) **Cadernos temáticos**: juventude brasileira e Ensino Médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 16, jul – dez de 2012. p. 199 – 218

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p. 40-52, set./dez. 2003.

_____. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. **Jóvenes-Revista de Estudios sobre Juventud**, México, ano 9, n. 22, p. 296-313, jan/jun 2005.

_____. Um olhar sobre a juventude. *In*: _____ (Org). **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.21-44.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.28 n.100, p. 1105-1128, out. 2007

_____. O jovem como sujeito social. *In*: FÁVERO, O. (org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília, DF: Unesco, 2007.

_____. A juventude e suas escolhas: as relações entre projeto de vida e escola. *In*: DAYRELL, Juarez; NOGUEIRA, M. A.; VIEIRA, M. M.; RESENDE, J. (Org.s). **Habitar a escola e suas margens**. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre - Portugal, 2013. p. 65 - 72

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César. Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega à escola? *In*: DAYRELL, J; CARRANO, P; MAIA, CL (Orgs). **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez, MOREIRA, Maria Inez Costa; STENGEL, Márcia. (Org.) **Juventude contemporânea**: um mosaico de possibilidade. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011

DI MÉO, Guy. **Composantesspatiales, formes et processus géographiquesdesidentités**. *Annales de Géographie*, 2004, v. 113, n. 638-639, p. 339-362(tradução)

DUPRET, Leila. **Subjetividade e arte de rua**: 100% Graffit. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. Volume 12 Número 2 Julho/Dezembro 420 de 2008. Pp. 413-421.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

_____. **Introdução à Sociologia**. Edições 70, Reimp. Lisboa (PT), 2014.

FERNANDES, Dalvani. Juvetudes, Geografia e Religião: Reflexões a partir das noções de forma simbólica e habitus. **RA´E GA**, Curitiba, V. 27, p.67-93, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/issue/archive>> Acesso em: 15 mai. 2018.

FRUGOLI JR, Heitor. Ativismos urbanos em São Paulo. **Caderno CrH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 75-86, Jan./Abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v31n82/0103-4979-ccrh-31-82-0075.pdf>> Acessado em: 24 mar. 2019

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v.31, n.82, p. 117 – 133, Jan/Abr,

2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792018000100117&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 24 mar. 2019.

_____. Pluralidade da representação na América Latina. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.29, n.1, p. 73 - 90, Jan/Abr, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000100005> Acesso em: 24 mar. 2019.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001

GONÇALVES, Rôssi Alves; NERCOLINI, Marildo José. A cultura urbana periférica: silenciamentos e táticas. **Soletras**, Rio de Janeiro, n. 36, jul-dez. 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/issue/view/1922>> Acesso em: 25 mar. 2019

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2006

HEIDRICH, Álvaro. A abordagem territorial e a noção de representação. Anais do XVI **Encontro de Geógrafos Brasileiros - Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças Espaço de Diálogos e Práticas**. São Paulo: AGB, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Z. & CORREA, Roberto L. **Manifestações da cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

_____. *Dos Múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/AGB, 2004.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niteroi, Ano IX, n.17, 2007, p. 19-46.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **Territórios Alternativos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura e lazer na cidade. São Paulo: Unesp, 2003.

MAGNO, Lucas; DOULA, Sheila Maria; PINTO, Neide Maria de Almeida. Todo mundo conhece a gente agora”: cultura e identidade de jovens rurais em Minas Gerais (Brasil). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**(Manizales), v.1, n.9, pp. 305 – 319, 2011. Disponível em: <<http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/ca>> Acesso em: 23 mai. 2018.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia Sistemática**. (Tradução: MarialiceMencariniForacchi) 2ª ed., São Paulo, Livraria Pioneira, 1971.

_____. **O problema sociológico das** gerações. In: FORACCHI, Maria Alice (org.). **Karl Mannheim: sociologia**. [tradução Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes; seleção e revisão técnica da tradução Florestan Fernandes] São Paulo: Ática, 1982. (Grandes cientistas sociais; n.25) p. 67 – 95

MAURER, M.S., ALVES, R.O., VILARINO, M.T.B. TERRITÓRIO E JUVENTUDE: um estudo de produções científicas dos anos 2008-2018. In: **Congresso Nacional de Educação**, V, 2018, Olinda. Anais Eletrônicos. Disponível em <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php>> Acesso em 15 de dezembro de 2018.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: Centro de Estudios Sociológicos, 1999.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e Política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais [on-line]** n. 81, p. 179-207, jun. 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2763981>> Acesso em 24. Mar. 2019.

MONTOYA, Ángela Garcés. De Organizaciones a Colectivos Juveniles Panorama De La Participación Política Juvenil. **Ultima Década**, v. 18, p. 61–83, 2010

MORA, Cláudia Mercedes; MONTEIRO, Simone. Homoerotismo feminino, juventude e vulnerabilidade às DSTs/Aids. **Revista Estudos Feministas** (Florianópolis), v. 21, n. 3, p. 905-926, set. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

PERALVA, Angelina; FIGEAC, Julien; PATON, Nathalie; NOGUEIRA, Rachel. O legado de 2013: Coletivos de ativistas e a Agenda Política Brasileira. In: **41º Encontro Anual da ANPOCS** (Caxambu) out. de 2017. 31p. Disponível em <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt08-26/10660-o->

legado-de-2013-coletivos-de-ativistas-e-a-agenda-politica-brasileira/file> Acessado em 04/09/2018

PEREIRA, Simone Luci. Circuito de festas de música “alternativa” na área central de São Paulo: cidade, corporalidades, juventude. **FAmecos** [on-line], Porto Alegre, v. 24, n. 2, mai – ago de 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/25001/15215>> Acesso em: 24 mar. 2019
 PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 27, P. 7-23, JAN./JUN. DE 2010.

QUINTANIERO, Tânia. **Porcesso civilizador, sociedade e indivíduo na obra de Norbert Elias**. Belo Horizonte

REGILLO, Rosana. **Culturas juveniles: Formas políticas del desencanto**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RODRIGUES, Maria Natália Matias; MENEZES, Jaileila de Araújo. Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do Movimento Hip Hop. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 12, n. 2, p. 703-715 jul-dez, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77331488013>> Acesso em: 23 mai. 2018.

SACK, Robert. Human Territoriality: A theory. **Annals of the Association of American Geographers**, V. 73, N. 1, Mar de 1983, p. 55-74. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2569346?seq=1>> Acesso em: 22 set. 2018

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, 1988, p. 46-71

_____. Ciência e senso comum. *In*: **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. P. 33-49

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 3ª ed., São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. Reflexões sobre o conceito de território e suas relações com os estudos de cultura e identidade. *In*: HEIDRICH, A.; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Maneiras de ler Geografia e Cultura.** Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. P. 37-51.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética da exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SEEMANN, Jhon. Tradições Humanistas na Cartografia e a Poética dos Mapas. *In*: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. [orgs.] **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia.** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 69-91

SEIDL, Ernesto. Engajamento e investimentos Militantes: Elementos para discussão. *In*: CARRANO, Paulo César e FÁVERO, Osmar. **Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais.** Niterói: Editora da UFF, 2014. P. 55 – 70

_____. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n.28, set/dez de 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2240>> Acessado em: 24 mar. 2019

SILVA, Tarcísio Torres. **Ativismo digital e imagem: estratégias de engajamento e mobilização em rede.** 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos Movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, set/dez de 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2240>> Acessado em: 24 mar. 2019

SOARES JÚNIOR, Amilton Quintela; SANTOS, Mauro Augusto dos. A territorialidade e o território na obra de Robert David Sack. **Geografia**, Londrina, v. 27. n. 1. p. 07 – 25, abril/2018. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/32321>> Acesso em: 22 set. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território**: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná. *et al* (Orgs.) Geografia: Conceitos e temas, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

_____. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, Queila; QUANDT, Carlos. Metodologia de análise das redes sociais. *In*: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila. (org.) **O tempo das redes**. São Paulo, perspectiva, 2008. P. 31-63.

SPOSITO, Marília Pontes. A pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). *In*: SPOSITO, Maria Pontes. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 1. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p.17 – 56

_____. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n. especial, p. 095-106,

TAKEITI, Beatriz Akemi; VINCENTIN, Maria Cristina Gonçalves. A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). **Saúde Soc.** (São Paulo), v.24, n.3, p.945-963, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-129020150003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 12 jun. 2018.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.13, n.18, set-dez de 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2240>> Acesso em: 24 mar. 2019

TOMMASI, Livia de. Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir coletivo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, n. 23, jan-abr de 2013. p. 11-34. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/1998>> Acesso em: 24 mar. 2019

TOURRAINE, Alain. **Como sair do Liberalismo?** Bauru: EDUSC, 1999.

_____. **Podemos viver juntos?:** iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes: 2003.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia:** Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA´E GA**, Curitiba, v. 23, p. 340-375, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/issue/archive>> Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. Vivendo entre jovens: a observação participante como metodologia de pesquisa de campo. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 241-255, jul/dez. 2012.

_____. **Múltiplas trajetórias juvenis:** territórios e rede de sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ANEXO

Fotografias de atividades e eventos com
participação dos coletivos



Apresentação do grupo Atrás do Palco

Virada Cultural de 2015

Escola de Samba, na Avenida Minas Gerais

Virada Cultural de 2015



Apresentação musical

Virada Cultural de 2015

Grupo de dança
Black Sisters

Virada Cultural
de 2016



Apresentação
Grupo de Rap

Virada Cultural
de 2015



Roda Cultural
Encerramento
das atividades
do 8M
de 2019



Apresentação musical

Virada Cultural de 2016



Público da Roda Cultural Praça Euzébio Cabral

Encerramento das atividades do 8M de 2019



Público da Virada Cultural Praça dos Pioneiros

Virada Cultural 2016



Encontro de Planejamento das atividades do 8M de 2019



Oficina da Boneca Abayomi



Encontro para produção de figurino e cenário Grupo de teatro Atrás do Palco



Audiência Pública realizada no Mercado Municipal
8M - 2019



Roda de
Conversa

8M
de 2018



Tenda da Resistencia No Mercado Municipal

8M - 2019



Manifestações de rua em 2016



Manifestação "Estuprador é você" na Praça dos Pioneiros Dezembro/2019



Representantes do Skate

Virada Cultural 2015



Campeonato de BMX



Oficina de Slackline

Virada Cultural 2016



Jovens do
BMX, Street e
Dirt



Rolezinho do Ciclismo Grau
Lagoa do bairro Jardim Pérola





Grafito na Praça dos Ferroviários



Limpeza da pista de skate
Feira da Paz



Manifestação na Praça Aurita Machado



Manifestação pela mudança de nome do aeroporto no municipal (2014)